



CÂMARA MUNICIPAL

TAQUARITINGA - SP

120 ANOS

1892

2012



HISTÓRIA DA CÂMARA



CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA

- Estado de São Paulo -

HISTÓRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Instalação: 22 DE DEZEMBRO DE 1892

Como surgiu a idéia deste trabalho

Janeiro de 2012, início do 4º período da 15ª Legislatura Municipal – anos 2009, 2010, 2011 e 2012.

O vereador Francisco Vincenzo Curti – Fran Curti – foi eleito presidente da Mesa Diretora para o ano de 2012.

Um dos seus objetivos é resgatar a história da Câmara Municipal e me convidou para participar desse projeto. Aceitei de pronto. Já tinha algum material coletado, mas, não era suficiente para atender ao que se pretendia. Coloquei-me a campo, consultando biblioteca, livros, jornais antigos, internet e arquivo da Câmara Municipal, com a valiosa colaboração do Diretor Legislativo, Fábio Camargo, consegui preparar este texto que submeto à apreciação dos leitores.

Estão aqui condensados 120 anos de história, desde a instalação da primeira Câmara Municipal, a 22 de dezembro de 1892 até nossos dias – ano de 2012.

O trabalho não tem pretensões literárias e, sim, ressaltar aspectos históricos que envolvem a Casa de Leis do nosso Município.

Não tem a pretensão de ser uma obra acabada, nem esgotar os assuntos aqui tratados, muito menos de ser o dono da verdade.

O importante é debater, provocar a discussão, fornecer subsídios para futuras pesquisas.

O autor está aberto para receber críticas, sugestões, correções que serão muito bem vindas.

Milve Peria

A P R E S E N T A Ç Ã O

O leitor, provavelmente, vai estranhar a abrangência dos assuntos aqui registrados, visto que o objetivo central deste trabalho é resgatar a história da Câmara Municipal do nosso Município.

Entretanto, acontecimentos políticos, econômicos, sociais que se desenvolveram no plano nacional e até internacional têm reflexos no município e, conseqüentemente, repercutem na Câmara Municipal, pois ali é a ressonância dos anseios da população e os vereadores são as antenas que captam os reclamos dessa população.

Embora este trabalho tem seu ponto central voltado à Câmara Municipal, mas não podemos dissociá-lo de falar do município, pois aquela (a Câmara) depende deste (o município) e vice versa.

A Câmara de Vereadores existe em função do município e, num regime democrático, este (o município) depende daquela para exercer suas funções.

A Câmara existe porque existe o município. Durante todo o período republicano e a partir da promulgação da primeira Constituição (1891) e pelas que se sucederam – 1934, 1937, 1946, 1967, 1969, 1988 – todas enfatizaram que o município fazia parte da organização político-administrativa da República Federativa, esta formada pela União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios..

Como regra geral, todas as Constituições Brasileiras dedicaram um capítulo especial ao Município, algumas delas delegando poderes aos Estados para regulamentar suas funções.

A Constituição de 1988 regulamentou as funções do Município de forma bem detalhada, como se verá quando focalizarmos a referida Carta Constitucional.

Portanto, o Município se constitui numa peça importante dentro do contexto da Federação e sendo aquele (o município) formado de dois Poderes, o Executivo e o Legislativo, este representado pela Câmara Municipal.

Mas, nem todas as Constituições Brasileiras reconheceram o Poder Legislativo, isto é, a figura da Câmara Municipal na organização político-administrativa do Município. Pelo menos em duas oportunidades o Município se viu privado do Poder Legislativo. Mas isso ocorreu num momento que o país passava por um regime ditatorial, isto é, um regime de exceção.

Tudo isto é o que procuraremos demonstrar no desenvolver deste trabalho.

CÂMARA MUNICIPAL 120 ANOS DE HISTÓRIA

Milve Peria

História das Câmaras

As câmaras municipais, no Brasil, tem sua origem nas câmaras municipais portuguesas. A história das câmaras no Brasil retroage a 1532, quando São Vicente é elevada à categoria de vila.

Durante todo o período do Brasil Colônia somente possuíam câmaras municipais as localidades que desfrutavam do *status* de vila, condição atribuída pelo Reino de Portugal, mediante ato régio. As câmaras municipais portuguesas tinham funções bem mais amplas das que são atribuídas pelas câmaras municipais brasileiras no momento atual.

As câmaras portuguesas executavam um número bem maior de funções; eram responsáveis pela coleta de impostos, regular o comércio, regular o exercício das profissões e

ofícios, cuidar da preservação do patrimônio público, criar e gerenciar prisões, ou seja, uma ampla gama envolvendo os três campos da administração pública: executivo, legislativo e judiciário.

No Brasil

A idéia de câmara municipal, no Brasil, está intimamente associada à instituição **município**, pois aquela (a câmara) depende deste (**do município**) para existir. A câmara não existe sem a figura do município, embora, o contrário pode ocorrer e já ocorreu, isto é, o município funcionar sem a existência da câmara. Pelo menos, em duas oportunidades, em momentos de exceção, como veremos ao longo deste trabalho.

Definição

A definição simples para câmara municipal é de que se trata do Órgão Legislativo do Município e se compõe de vereadores eleitos de acordo com a legislação vigente, com funções de legislar, fiscalizar, assessorar o Executivo.

As Constituições Brasileiras e o município

Iniciamos este trabalho fazendo um retrospecto histórico das Constituições Brasileiras, sob o enfoque do município.

Primeira Constituição Republicana – A história das câmaras municipais, como as conhecemos atualmente, retroagem ao início do período republicano, mais precisamente com a Proclamação da República (15-11-1889), regulamentada pela Constituição da República promulgada a 24 de fevereiro de 1891.

A Carta Constitucional estabeleceu como forma de governo o regime representativo, isto é, o povo exercia o poder indiretamente por representantes eleitos em pleito direto por todos os cidadãos do sexo masculino e maiores de 21 anos.

A Constituição estabeleceu o princípio da Federação, confirmando na sua composição os Estados que seriam autônomos.

A administração política estava estruturada em 3 Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Constituição do Estado de São Paulo – Já a Constituição Estadual, aprovada pelo Congresso Legislativo, em 14 de julho de 1891, dispunha que o Poder Legislativo do Estado era exercido pelo Congresso que era composto de duas câmaras: a dos deputados e a dos senadores, elegíveis por sufrágio direto e maioria de votos . (portanto, não havia o voto de legenda, como ocorre atualmente)

No momento, o Poder Legislativo Estadual é composto de apenas um órgão legislativo, que é a Assembléia Legislativa, composta de deputados estaduais. Não há, a nível estadual, a figura do senado estadual, que vigorou até 1930.

Ao regulamentar o regime administrativo do município, a Constituição Estadual de 1891 dispunha que a organização dessas unidades (os municípios) seria regulamentada em lei orgânica. O art. 53 da Constituição Estadual determinava que a organização dos municípios era regulamentada por lei ordinária. Assim, o Congresso Estadual, pela Lei nº 1.108, de 26-11-1907, regulamentou a matéria. O art. 1º dessa lei estabelecia que *“a administração dos municípios será exercida pelas Câmaras Municipais, composta de vereadores eleitos por sufrágio direto e por um prefeito municipal e subprefeitos distritais, eleitos pelas Câmaras”*. O parágrafo 1º desse artigo determinava que o prefeito era eleito pela Câmara, escolhido entre os vereadores.

Já o art. 2º prescrevia que o mandato dos vereadores era de 3 anos a contar de 15 de janeiro de 1908 e do prefeito e subprefeitos, um ano, sendo permitida a reeleição.

Durante esse período as câmaras apresentavam certa prevalência sobre o município, em relação ao executivo (o prefeito, que à época denominava-se intendente), visto que a lei estabelecia que a administração do município era exercida pela Câmara e os vereadores escolhiam o prefeito, entre os seus pares. Portanto, aquele que ia exercer o Poder Executivo (o prefeito) era escolhido entre os vereadores eleitos. É oportuno registrar que o vereador eleito e escolhido prefeito comparecia às sessões da câmara, apresentava projetos, participava das discussões e votava as matérias, fazendo o registro de que era “*vereador na qualidade de prefeito*”. Portanto, era vereador e acumulava o cargo de prefeito.

Nessa época, a câmara apresentava uma supremacia sobre a prefeitura. O Executivo era um verdadeiro apêndice da câmara. Prova disso é que os balancetes eram apresentados em nome da câmara. Essa afirmativa pode ser constatada quando da apresentação do balancete pelo prefeito major Francisco Florêncio da Rocha, em 1917, dizendo que o balancete apresentava um saldo nos cofres da câmara de Rs 15:844\$292 (quinze contos, oitocentos e quarenta e dois mil e 292 reis). A sala onde funcionava a prefeitura era, na prática, uma sala contígua à câmara, conforme se depreende da divisão das sessões eleitorais e designação dos locais onde iriam funcionar as respectivas mesas receptoras, a saber: “*a 1ª, 2ª e 3ª seções funcionarão no edifício da câmara, sendo a 1ª seção na sala das sessões; a 2ª na sala da secretaria e a 3ª na sala da prefeitura*”. Portanto, a prefeitura ocupava uma sala no prédio da câmara e como se fosse um departamento do Legislativo.

A partir de 1910, os períodos legislativos passaram a se denominar pelo vocábulo “*legislatura*”. Tivemos, então, as legislaturas de 1914 a 1916; de 1917 a 1919; de 1920 a 1922; de 1923 a 1925; de 1926 a 1928; e 1929 e 1930. A legislatura de 1929 a 1931 foi interrompida pela Revolução de 1930.

A Revolução de 1930 foi um divisor da política em nosso país. O período compreendido entre a primeira Constituição Republicana (1891) e a Revolução de 1930 ficou conhecido pelo nome de “*República Velha*”, período que o sistema político estava centralizado preponderantemente, nas mãos dos “*coronéis*” e dos “*barões do café*”.

Revolução de 1930

Como já registrado, a Revolução de 1930 se constituiu num divisor da política em nosso país. A Revolução de 1930, comandada por Getúlio Vargas, a 24 de outubro de 1930, depôs o presidente da República, Washington Luiz. A 11 de novembro (1930), Getúlio Vargas dissolveu, por decreto, todos os Órgãos Legislativos – Congresso Nacional, Congressos Estaduais e as Câmaras Municipais.

O poder estava centralizado nas mãos do presidente da República que acumulava as funções dos Poderes Executivo e Legislativo. Destituiu todos os governadores dos Estados e nomeou interventores federais. Nos municípios os prefeitos eram indicados pelos interventores. Era o fim do período político que ficou conhecido por “*República Velha*”. O Brasil iniciava uma nova fase política.

O Governo Provisório de Getúlio Vargas sofreu pressões e graças à atuação firme do Estado de São Paulo, através da Revolução Constitucionalista de 1932, Vargas cedeu. A pressão imposta pela Revolução Constitucionalista forçou o Governo a tomar medidas que dessem normalidade ao regime republicano, criando uma nova Lei Eleitoral e convocou eleições que foram realizadas em 1933, elegendo um novo Congresso Legislativo, com poderes de uma Assembléia Constituinte, com o objetivo de atender aos anseios políticos, defendidos desde a queda do regime oligárquico .

Constituição Federal de 1934

A 16 de julho de 1934 foi promulgada uma nova Constituição do Brasil e, em 16 de dezembro de 1935 foi promulgada a Lei nº 2.484, que instituiu a Lei Orgânica dos Municípios. Essa lei estabeleceu nova regra de funcionamento das câmaras municipais, regulamentando seus limites de ação e disciplinando suas atividades.

Em termos gerais, essa nova Constituição preservava alguns pontos básicos lançados pela Constituição de 1891. Foi respeitado o princípio federativo que mantinha a nação como uma República Federativa. Manteve o princípio das eleições diretas para a escolha dos membros dos Poderes Executivo e Legislativo. Confirmou o princípio da separação dos Poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário.

As diretrizes eleitorais defendidas em 1932 foram finalmente consolidadas. A nova Lei Eleitoral introduziu o voto secreto e direto; permitiu o voto para os maiores de 21 anos, incluindo as mulheres que, até então estavam marginalizadas do processo eleitoral. Ficavam excluídos os analfabetos, os soldados e os mendigos.

Competia aos Estados garantir a autonomia dos municípios. Estes (os municípios) deveriam ser organizados de forma que lhes fossem asseguradas a autonomia em tudo quanto dissesse respeito ao seu peculiar interesse (art. 3º) e, especialmente, quanto à eleição do prefeito e dos vereadores à câmara municipal, podendo aquele (o prefeito) ser eleito por esta (a câmara).

Aqui em Taquaritinga, a Câmara Municipal elegeu para o cargo de prefeito Dr. Francisco de Arêa Leão, que havia sido eleito vereador nas eleições realizadas a 15 de março de 1936. Dr. Arêa Leão tomou posse no cargo de prefeito em 2-8-1936. Até a realização das eleições, os prefeitos eram nomeados pelo governador do Estado.

Já o art. 62 da Constituição do Estado de São Paulo reforçava a idéia de autonomia dos municípios, ao prescrever que “*O Estado compõem-se de municípios autônomos na forma do art. 3º desta Constituição*”.

“Estado Novo”

Porém, essa abertura foi efêmera. Os Órgãos Legislativos funcionaram por um breve período (1936 e 1937). Nova Constituição foi outorgada a 20 de novembro de 1937, conhecida pelo nome de “*Polaca*”, com características ditatoriais, inaugurando o período denominado “*Estado Novo*”, imposto por Getúlio Vargas.

Durante o “Estado Novo”, entre 1937 a 1945, as câmaras municipais foram fechadas. O Chefe do Poder Executivo – Getúlio Vargas – concentrou em suas mãos todos os Poderes do Executivo e Legislativo. Os prefeitos eram nomeados pelo interventor federal.

Queda de Getúlio Vargas - Nova Constituição

Com a deposição de Getúlio Vargas e sua “*renúncia*” que ocorreu a 29 de outubro de 1945, foi convocada uma nova Assembléia Nacional Constituinte que promulgou uma nova Constituição, em setembro de 1946, derrogando a Constituição totalitária de 1937.

Constituição de 1946

Depois de 8 anos fechado (1938 a 1946), o Congresso Nacional voltou a funcionar. Em 18 de setembro de 1946 foi promulgada a 5ª Constituição brasileira por uma Assembléia eleita em conjunto com o novo presidente da República – general Eurico Gaspar Dutra.

A Constituição de 1946, em termos gerais era uma constituição liberal. Dava maior autonomia aos Estados e Municípios. Essa Constituição manteve-se com pouca alteração, em

relação à de 1934. A Constituição, em seu artigo 28, assegurou a eleição do prefeito e dos vereadores (inciso I) e a administração própria no que concerne ao seu peculiar interesse.

Já a Constituição do Estado de São Paulo promulgada a 9 de julho de 1947, em seu artigo 71, assegurava a autonomia do município, pela eleição do prefeito e dos vereadores, por voto secreto e em sufrágio universal e direto. Em seu art. 75 prescrevia que o órgão legislativo do município era a Câmara Municipal, composta de vereadores, eleitos por 4 anos. Estabelecia, ainda, que a lei orgânica dos municípios fixará o número de vereadores de cada município, conforme sua população e suas rendas. Essa lei orgânica seria votada pela Assembléia Legislativa, o que ocorreu a 28 de dezembro de 1965, que recebeu o número 9.205. Tratava-se de uma lei que regulamentava a organização de todos os municípios do Estado.

No final da década de 50 e início da de 60, o país passava por momentos de tensão, sob o aspecto político. Visando contornar esses problemas, pela Emenda Constitucional nº 4, em 1961, foi adotado o regime parlamentarista de governo. Porém, em 1963, a Emenda Constitucional nº 6 revogou a Emenda nº 4, e restabeleceu o sistema presidencialista.

A 31 de março de 1964 os militares assumiram o Governo do país. A partir de abril de 1964 a Constituição teve introduzidos 4 Atos Institucionais, impostos pelo Movimento Revolucionário. O último destes Atos Institucionais deu lugar a nova Constituição, promulgada pelo Congresso Nacional a 24 de janeiro de 1967.

Constituição de 1967

A Constituição de 1946 vigorou até a promulgação da Constituição de 1967.

A Constituição de 1967 foi votada a 24 de janeiro de 1967 e entrou em vigor a 15 de março de 1967. Foi elaborada pelo Congresso Nacional, a quem o Ato Institucional nº 4 atribuiu função de Poder Constituinte. O Congresso Nacional foi transformado em Assembléia Nacional Constituinte e já com os membros da oposição afastados pelas cassações ou suspensão dos direitos políticos, elaborou sob pressão dos militares, uma Carta Constitucional que buscou legalizar e institucionalizar o Movimento Revolucionário de 1964. Esta, a Constituição de 1967, sofreu várias alterações, sob a forma de Atos Institucionais.

Em 1968, o Ato Institucional nº 15, suspendeu as garantias constitucionais e atribuiu poderes absolutos ao presidente; dava poderes para fechar o Congresso, legislar sem qualquer impedimento, podendo reabrir as cassações, as demissões e demais punições sumárias, sem possibilidade de apreciação pelo Poder Judiciário.

Em 1969, uma nova Emenda à Constituição foi introduzida que passou a ser chamada de “*Constituição de 1969*”. Extinguiu a inviolabilidade dos mandatos dos parlamentares e instituiu a censura em seus pronunciamentos. Suspendeu a eleição direta para governadores, marcadas para o ano seguinte. Incorporou o Ato Institucional nº 5 à Constituição.

Formalmente, a Constituição de 1967 assegurou a autonomia do município, assegurando a eleição direta do prefeito, vice e vereadores. Porém, uma nova lei eleitoral foi imposta, instituindo o bipartidarismo que permitia ao governo controlar e eleger aqueles que eram do seu agrado.

Emenda Constitucional nº 1, de 17-10-1969

A Constituição de 1967 quase não vigorou, diante de seu texto original, pois sofreu inúmeras alterações, através de emendas e por atos institucionais, que foram 17 ao todo. A Constituição de 1967 foi alterada pelo Ato Institucional nº 5 (1968) e pela Emenda à Constituição nº 1, de 17-10-1969.

Para alguns constitucionalistas, em que pese tenha sido uma emenda à Constituição, mas na prática se caracterizou como uma nova constituição de caráter outorgado. A Constituição de 1967 foi substancialmente alterada pela Emenda nº 1, baixada pela Junta Militar que assumiu o poder com a doença do presidente Arthur da Costa e Silva, em 1969.

A crise dos anos 60, 70 e 80

Em 1961, Jânio Quadros renunciou ao cargo de presidente da República. João Goulart era o vice, mas não era bem querido na área militar. Para contornar a situação foi votada uma Emenda à Constituição, instituindo o sistema parlamentarista, sendo escolhido João Goulart para presidente e Tancredo Neves, Primeiro Ministro. Em 1963, nova alteração na Constituição, retornando ao regime presidencialista, com João Goulart no cargo de presidente da República.

O país estava mergulhado em séria crise, a ponto de os militares encabeçarem um movimento que ocorreu a 31 de março de 1964. João Goulart se refugiou no Uruguai. O Congresso Nacional declarou a vacância do cargo de presidente da República, assumindo o cargo, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili. Em seguida, o Congresso Nacional elegeu o general Humberto Alencar de Castelo Branco para a presidência da República. Os governos militares se sucederam. Castelo Branco foi sucedido pelo general Arthur da Costa e Silva que foi vítima de uma enfermidade durante o seu governo. Uma Junta Militar assumiu a presidência e editou várias emendas à Constituição. Uma dessas alterações introduziu a eleição indireta dos governadores, feita por um colégio eleitoral formado pelos membros da Assembléia Legislativa do Estado. A mesma emenda determinou que a eleição de senadores nos anos em que a composição do Senado deve-se renovar-se por dois terços dos seus membros, de modo que um dos senadores seria eleito diretamente e o outro, indiretamente, pelo mesmo Colégio Eleitoral que elege o governador. Os senadores eleitos por esse sistema passaram a serem chamados de “*senador biônico*”.

Costa e Silva foi sucedido pelo general Emílio Garrastazu Médici. Durante seu mandato instalou-se uma repressão férrea a toda oposição.

Em seguida assumiu o general Ernesto Geisel que deu início a um processo de distensão, com redução das tensões sociais e políticas.

Geisel baixou em abril de 1977 uma série de emendas à Constituição, conhecidas como “*pacote de abril*”, que entre outras medidas fechou temporariamente o Congresso Nacional, cancelou as eleições diretas para governadores, previstas para o ano seguinte (1978) e cassou direitos civis.

Em 1979, o país começava a enxergar sinais de redemocratização. Era a abertura “*lenta, gradual e segura*”, preconizada por Geisel e colocada em prática pelo seu sucessor, general João Figueiredo.

No governo Figueiredo ocorreu uma anistia aos presos, aos cassados e exilados políticos, permitindo o retorno de muitos brasileiros que estavam no exterior.

Ainda em 1979 foi restituído o pluripartidarismo. Vários partidos se formaram. A ARENA se transformou em PSD e o MDB, em PMDB.

Em 1982 foram restabelecidas as eleições diretas para governadores dos Estados. Em São Paulo foi eleito Franco Montoro; em Minas Gerais, Tancredo Neves.

Com a abertura das eleições diretas para governadores, começaram as pressões que o presidente da República também fosse escolhido em eleições diretas.

Em 1984, era grande a expectativa de que os parlamentares atendessem ao clamor popular, aprovando a emenda constitucional conhecida pelo nome de seu autor, deputado Dante de Oliveira, do PMDB de Mato Grosso.

Intensificaram-se as manifestações pelas “*Diretas Já !*” . Mas, na madrugada de 25 para 26 de abril (1984), a emenda foi derrotada no Congresso.

A oposição não desanimou. Passou a articular uma candidatura de oposição no Colégio Eleitoral, este formado pelos integrantes que compunham o Congresso Nacional.

A abertura introduzida por Geisel culminaria na eleição, ainda que indireta, de um sucessor civil para presidente da República. O nome escolhido pela oposição era o de Tancredo Neves.

Em 15 de janeiro de 1985 o Congresso Nacional elegeu Tancredo Neves presidente da República e José Sarney, Vice. O concorrente adversário era Paulo Maluf, apoiado pelo governo militar. Tancredo Neves obteve 480 votos, contra 180 atribuídos a Maluf. Na sua campanha, Tancredo reforçou o compromisso de dar prosseguimento ao processo de abertura, inclusive garantindo as eleições diretas para o seu sucessor e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte com o objetivo de reformular as leis herdadas do regime militar.

Tancredo, vitimado por uma doença, ficou impossibilitado de assumir a presidência e no dia 21 de abril de 1985 veio a falecer, assumindo José Sarney.

A distensão, a abertura iniciada no governo Geisel desaguaria na maior manifestação de rua que o país já vira: a Campanha das diretas já.

Constituição Federal de 1988

A Constituição de 1988 se constituiu na retomada do pleno estado de direito democrático após o período militar; ampliação e fortalecimento das garantias individuais e das liberdades públicas; retomada do regime representativo presidencialista e federativo; garantia do direito de voto aos analfabetos e aos maiores de 16 anos (opcional), em eleições livres e diretas para todos os níveis, com voto universal, secreto e obrigatório.

A Constituição Federal de 1988, ao tratar do município o faz de forma detalhada, colocando-o, guardadas as devidas proporções, no mesmo nível da União, dos Estados e do Distrito Federal. Ao tratar dos princípios fundamentais, estabelece que “*A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal (art. 1º).*”

A Constituição Federal dedicou um capítulo especial aos municípios (cap.IV) e o seu art. 29 reza que “*O município reger-se-á por lei orgânica, aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que á promulgará*”.

Esse mesmo artigo trata da eleição do prefeito, vice e dos vereadores, que são eleitos para mandato de 4 anos.

Quanto à Câmara Municipal, estabelece que o número de vereadores é proporcional à população do município, sendo o mínimo de 9 e máximo de 21 nos municípios de até um milhão de habitantes (inciso IV, alínea “a”).

Em seguida baliza os subsídios dos vereadores que serão fixados pelas respectivas Câmaras Municipais, em cada legislatura, para vigorar na subseqüente, dentro dos seguintes valores:

- a) ...
- b) ...
- c) em municípios de 50.001 a 100 mil habitantes (que é onde se enquadra o município de Taquaritinga), o subsídio máximo corresponderá a 40% do subsídio dos Deputados Estaduais (inciso VI, alínea “c”). Entretanto, o total das despesas com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% da receita do município (inciso VII). E o art. 29-A complementa, fixando que o total da despesa do Poder Legislativo, incluindo os subsídios dos vereadores, não poderá ultrapassar

8% para os municípios com população de até 100 mil habitantes (inciso I). A Constituição estabeleceu outras limitações, pois o parágrafo 1º do art. 29-A acrescenta que a Câmara Municipal não poderá gastar mais de 70% de sua receita com a folha de pagamento, incluindo o gasto com o subsídio dos vereadores.

O parágrafo 3º é enfático ao determinar que constitui crime de responsabilidade do presidente da Câmara Municipal o desrespeito ao parágrafo 1º, isto é, gastar mais de 70% de suas receitas com a folha de pagamento.

A Constituição do Estado de São Paulo, ao tratar dos municípios estabelece que essas unidades tem sua autonomia política, administrativa e financeira e se auto-organizam por lei orgânica (art 144) e reafirma que a fiscalização contábil financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do município será exercida pela Câmara Municipal.

Conclusão: Fizemos essa digressão sobre as Constituições Brasileiras e vamos procurar encaixar a história da Câmara Municipal de Taquaritinga dentro desse contexto histórico.

Câmara Municipal de Taquaritinga

A câmara municipal surge em função do município. Aqui em nossa cidade isso ocorreu com a criação do município de Ribeirãozinho, pela Lei Estadual nº 60, de 16 de agosto de 1892, já sob a égide da Constituição Brasileira promulgada a 24 de fevereiro de 1891. Portanto, há pouco mais de um ano da promulgação da primeira Constituição Republicana surgia o município de Ribeirãozinho. Como era natural, os usos e costumes, por influência do Império, principalmente, políticos ainda estavam enraizados no povo brasileiro.

Primeira Câmara

A primeira Câmara contava com apenas 5 vereadores e a sua instalação ocorreu a 22 de dezembro de 1892, que era formada por José Camilo de Camargo, Bernardino José de Sampaio, Maximiano Antonio de Moraes, Raphael Aiello, Joaquim Correa de Souza. Surge um sexto vereador que provavelmente substituiu um dos 5 vereadores: Victoriano Antonio Correia de Lacerda. Entre os 5 vereadores eleitos, um seria escolhido entre eles, que ocuparia o cargo de prefeito ou intendente, como era denominado àquela época.. Foi escolhido José Camilo de Camargo que ocupou o cargo de 8 de janeiro de 1893 a 11 de janeiro de 1896. Para presidente da Câmara foi escolhido Bernardino José de Sampaio e para vice, Maximiano Antonio de Moraes.

A instalação da primeira Câmara ocorreu na casa oferecida por José Domingues da Silva, tendo funcionado como secretário “*ad hoc*” o vereador Maximiano Antonio de Moraes. O prédio não passava de uma modesta casa de barotes, barreada e de chão batido que ficava nas imediações da confluência das atuais ruas Prudente de Moraes e Hermínio Piva, provavelmente, onde se localiza hoje as instalações do Frigorífico Taquaritinga, que está desativado.

Coube à primeira Câmara a sua organização administrativa e na sessão realizada a 15 de março de 1893, o vereador Joaquim Correa de Souza (ou Freitas) propôs alguns nomes àquelas primitivas trilhas e picadas, que se apresentavam como projetos e ruas. Mas a divisão do Patrimônio, isto é, da Vila, delineando os quarteirões, veio a ocorrer em 1894. Nessa altura, a Vila estava esquadrejada, distribuída em quadras e ruas.

Segunda Câmara –

Segundo apuramos, a segunda Câmara foi instalada a 11 de janeiro de 1896. A eleição para a escolha dos vereadores ocorreu a 20 de agosto de 1895. A segunda Câmara estava assim composta:

Presidente – José de Castro Lima (consta que era farmacêutico homeopático)

Vice presidente – Maximiano Antonio de Moraes.

Os demais vereadores eram Laudelino da Silva Camargo, Juvenal da Costa Carvalho, João Epiphânio de Camargo e capitão José Inocêncio de Camargo Lima.

O cargo de intendente (prefeito) foi ocupado por Manoel Rodrigues Estrela, de 11 de janeiro de 1896 a 6-10-1896.

Os primeiros nomes de ruas

A divisão do Patrimônio e a distribuição das ruas da Vila de Ribeirãozinho ocorreram a 15-4-1894. Entretanto, a proposição, no sentido de dar denominações às ruas da localidade ocorreu a 17 de dezembro de 1896.

O saudoso historiador José Romanelli, em artigo de sua lavra, publicado no jornal “Cidade de Taquaritinga”, relata que foi o vereador Laudelino da Silva Camargo, na sessão da Câmara realizada a 17 de dezembro de 1896, apresentou a proposição no sentido de dar nomes às ruas do povoado: *“a rua onde reside Reducino e José Andreis, continua com o nome de 13 de Maio; a rua que atravessa o largo da Matriz e dirige-se para a Contendas, Dr. Prudente de Moraes; a que atravessa o largo da Matriz e praça Municipal, onde reside Andreino Domingues da Silva e José Moreira de Carvalho, general Campos Sales; a que segue da ponte que atravessa e atravessa a praça Municipal, general Glicério; a que residem Cândido Alves, Antonio de Camargo e José Bombine, 15 de novembro; a em que mora Wenceslau Vieira e em que se acha a casa de Carlos Regatieri, José Bonifácio; a em que reside João Custódio e Acursi Cornélio e casa de Vicente Gagliardi, 7 de Setembro; a em que está a casa de Reducino e mais acima de Nicolau Amendola, Carlos Gomes; a em que reside Barbosa e José Ignácio, Tira Dente; a que divide o patrimônio com Andreino, Riachuelo; a em que reside José Pala e Francisco Fabro, paralela a rua 13 de Maio, 24 de fevereiro; a rua que fica entre o 1º e 2º quarteirões, Barão do Triunfo; a rua entre o 1º e 1º quarteirões, Triângulo; a antiga rua de Bernardino de Sampaio onde reside Aurélio Alvarenga, rua do Mercado; a rua que atravessa o largo da Matriz onde estão as casas de José Domingues da Silva, Jacomino Palhuço e Manoel Machado, rua Bernardino Sampaio; a que atravessa o mesmo largo pelos fundos da Matriz, continua com o mesmo nome, dos Domingues; a que atravessa a praça Municipal, onde está o antigo Cemitério, rua Municipal; a em que reside Raphael Aiello e a casa de Vitório Rodolphi, marechal Deodoro; a em que está a casa de Manoel Machado e Gustavo de Moraes, Duque de Caxias; a rua seguinte, paralela a esta, Rio Branco; a seguinte, paralela, general Osório; a seguinte entre os quarteirões 56 e 58, rua da República; a seguinte, paralela, entre os quarteirões 28-A e 56, rua São José; a seguinte, paralela entre os quarteirões 27 e 28, rua do Castelo”*.

Eis de onde e como se procederam as denominações das primeiras ruas que compõem a parte central de nossa cidade e que se encontram registradas na ata da sessão da Câmara, realizada a 17-12-1896, lavrada pelo Secretário da Câmara, João José de Campos.

1896 – Inauguração do Cemitério

No início do povoado de Ribeirãozinho, o cemitério se localizava onde atualmente se encontra a praça Dr. Horácio Ramalho, a nossa praça principal. Era praxe que os locais de sepultamento ficassem próximos de uma igreja. E aqui não foi diferente. A igreja ocupava a praça contígua, a atual praça Dr. Waldemar D’Ambrósio.

O povoado crescia e havia necessidade de se deslocar o cemitério daquele lugar.

A história registra que foi Andreino Domingues da Silva, um dos fundadores da cidade que doou o terreno para a instalação da atual necrópole.

A 23 de abril de 1896, ocorreu o primeiro sepultamento na nova necrópole. Por ironia, a história do cemitério municipal passou pela própria vida dos pioneiros de nossa cidade. Coincidentemente, o primeiro sepultamento foi o de Bernardino José de Sampaio, um dos fundadores de nossa cidade. Consta que morreu vitimado por colapso cardíaco, caindo do animal que cavalgava, no cruzamento da rua do Sapo (atual rua Hermínio Piva) com a rua Prudente de Moraes. Foi sepultado no cemitério atual, na sepultura nº 1. Contava 65 anos de idade. Bernardino não deixou descendentes. Foi casado com a sua sobrinha Francisca da Silva Sampaio, filha de sua irmã Anna da Silva Sampaio, casada com José Domingues da Silva . Portanto, sua sogra era também sua irmã.

Vários túmulos daquela época ainda podem ser vistos. Localizam-se na parte central da necrópole.

Sessão da Câmara realizada a 31-12-1896

Convocada pelo presidente, José de Castro Lima; compareceram à sessão os vereadores Maximiano Antonio de Moraes, Manoel Rodrigues Estrela, Laudelino de Camargo e Juvenal da Costa Carvalho, servindo como secretário José Cavalheiro. Durante a última sessão do ano, apresentou um balanço do ano de 1896. Relata que, ao assumir, encontrou um Código de Posturas, regulamento interno, tabela de impostos assaz “*difficientes*” e o mais em completa desídia, como fora minuciosamente exposto na sessão de 26 de janeiro (1896) e das dificuldades que a Câmara vinha enfrentando, não só na arrecadação de seus impostos, como também noutros ramos da administração. Esclareceu o presidente que durante o ano votou-se e foram promulgadas a tabela de impostos (lei nº 1), orçamento da receita e despesa (lei nº 2), código de posturas municipais (lei nº 3), regulamento interno (lei nº 4), regulamento do cemitério (lei nº 5). Construiu-se 3 pontes na estrada de Jaboticabal e uma no Ribeirão dos Porcos. A arrecadação foi de Rs 22:562\$154 réis e a despesa de Rs 20:551\$189 réis. Entre outras despesas figuravam pagamentos a Leonardo Pastore, 53.000 (cinquenta e três mil réis) de medicamentos fornecidos a pobres e indigentes; a Castro & Cia, 96.000 (noventa e seis mil réis) também de medicamentos e desinfetantes fornecidos a indigentes; a José Carlos de Souza, 24.000 de fornecimento de comida a presos pobres, etc.

1898

O povoado crescia; novas entidades surgiam: a 1º de outubro de 1898, ocorreu a fundação da Loja Maçônica “Liberio Badaró”. Ainda em 1898, deu-se a criação da Paróquia de São Sebastião. A 7 de dezembro de 1901, ocorreu a inauguração oficial da estação da Estrada de Ferro,

1902 – Movimento Monarquista

Na madrugada de 22 para 23 de agosto de 1902 desenrolou-se um movimento que visava restaurar a Monarquia. Vários vereadores se envolveram, participando desse movimento: major Pedro Paulo Corrêa, cel. Augusto Ferreira de Castilho. O ponto de reunião dos rebeldes foi na Câmara Municipal, onde foi aclamada e nomeada uma Junta provisória para governar a Vila. Inclusive ali na Câmara Municipal foi hasteada no mastro principal a bandeira imperial que lá tremulou por 24 horas.

O major Pedro Paulo Corrêa exercia o cargo de presidente da Câmara. Já o cel Augusto Ferreira de Castilho portava uma espada e, percorrendo as ruas da Vila, vestindo sua farda imponente da Guarda Nacional, dizendo em tom de vitorioso: “*Hoje é o dia em que farei valer a espada da Monarquia*” e dirigindo-se ao interior da Câmara, onde havia uma moringa,

com o emblema da República, em movimento rápido e firme, degolou o pescoço do referido recipiente de água.

À época do movimento, o prefeito era o coronel da Guarda Nacional Gustavo Augusto de Moraes e os outros vereadores eram Sebastião Moreira da Silva, José Domingues de Camargo, Bernardino Inocêncio Amaral e Felix Onório de Sampaio. Não consta que esses vereadores tivessem participado do movimento.

– 1905 - Doação do terreno destinado a receber um Hospital – a Santa Casa, terreno esse doado à Loja Maçônica “Libero Badaró” pelo sr. José Maria Nuevo.

– 1905 - Notícias do jornal “**O Ribeirãozinho**”

Circulava na Vila o jornal “O Ribeirãozinho”. Esse jornal iniciou suas atividades a 24 de janeiro de 1904. Na edição de 24 de janeiro de 1906 (nº 110), estava comemorando 2 anos. A direção era de Francisco Mesquita (membro da Família Mesquita, do jornal “O Estado de São Paulo”). O jornal publicava os atos oficiais da Câmara Municipal e da Prefeitura. Transcreve a Ata da Sessão da Câmara realizada a 15 de janeiro de 1906. Na seção “Expediente” registra os seguintes atos: foi lido o parecer do Senado Estadual sob nº 119 de 20-12-1905, sobre o recurso interposto por Gustavo Augusto de Moraes, relacionado com o ato da Câmara Municipal que contratou com o Dr. Luiz E. Grandjean as obras de abastecimento de água e esgotos, sem observância da concorrência estabelecida pelo art. 38 da Lei Orgânica dos Municípios. Esse expediente foi encaminhado à Comissão de Higiene e Obras Públicas. (OBS: não temos conhecimento do desfecho desse assunto).

Em seguida foi lido um ofício do Secretário do Interior, datado de 10 de janeiro de 1906, envolvendo o vereador capitão Carmelo Pagliuso. Esse ofício informava à Câmara que, embora o vereador Carmelo Pagliuso tivesse feito declaração em 1890 de querer continuar com a nacionalidade de origem (italiana), posteriormente, adquiriu pelos meios legais a qualidade de cidadão brasileiro, tanto assim que era eleitor desde 1901 e foi incluído no novo alistamento eleitoral. Assim sendo, perfeitamente legal foi a sua eleição para vereador, tanto mais quanto, em tempo hábil não foi interposto recurso algum contra o ato da Câmara que o proclamou vereador.

OBS: O capitão Carmelo Pagliuso era um fazendeiro na nossa cidade. Foi vereador na legislatura de 1905 . . . Tivemos em nossa cidade outro cidadão com o nome de Carmelo Pagliuso. Este outro foi o farmacêutico Carmelo Pagliuso que também foi vereador na década de 1930. Este é o genitor do conceituado médico Dr. Ary Pagliuso.

Continuando com a análise do expediente da Câmara, registrado pelo jornal “O Ribeirãozinho”, consta “*na ordem do dia*”, que foram apresentados os balancetes das receitas e despesas da Câmara referentes aos meses de novembro e dezembro de 1905, pelo procurador da Câmara, Joaquim de Toledo Pizza, com parecer do vereador Carmelo Pagliuso, que foram aprovados.

De acordo com o art. 6º do Decreto Estadual nº 1.240, de 3-10-1904, a Câmara Municipal fez a divisão do município em 2 seções eleitorais, que iriam funcionar no edifício da Câmara. Na primeira seção, estavam relacionados 250 eleitores e na segunda seção, 198 eleitores, totalizando 448 eleitores. Estavam marcadas eleições para 3 de fevereiro de 1906, para a escolha de 2 senadores ao Congresso do Estado, nas vagas abertas pela renúncia de Dr. Gustavo de Oliveira Godoy e Francisco de Paula Ramos de Azevedo.

O escrivão do Cartório era Bernardino Inocêncio do Amaral que era também o Primeiro Juiz de Paz.

Empresa Funerária para a exploração do Serviço Funerário

Nessa mesma sessão da Câmara, havia sido aprovada a proposta apresentada por Januário da Cunha Melo para a exploração do serviço funerário, pelo prazo de 5 anos. Por esse

contrato, o contratante se obrigava a fornecer caixões (urnas mortuárias) e carros fúnebres nas seguintes condições:

Caixões:

1ª classe – 60\$000 (sessenta mil réis)

2ª classe – 40\$000

3ª classe – 25\$000

Carros fúnebres

1ª classe – 40\$000

2ª e 3ª classes – 20\$000

Edital da Prefeitura Municipal – muros e formigueiros

Em Edital da Prefeitura Municipal, datado de 12 de janeiro de 1906, o sr. Sebastião Moreira da Silva, intendente municipal desta Vila de Ribeirãozinho, faz saber que por este edital ficam intimados com o prazo de 60 dias os proprietários de terrenos nas ruas em que houverem guias e sarjetas a fazerem muros de acordo com as posturas municipais. No mesmo prazo, intimo a todos os proprietários para dar início aos serviços de extinção dos formigueiros existentes nos quintais.

Nestes registros, nos deparamos com alguns nomes que faziam parte da Câmara e da Prefeitura:

Vereadores – Gustavo Augusto de Moraes, cap. Carmelo Pagliuso;

Intendente – Sebastião Moreira da Silva, que também era vereador;

Aurélio Alvarenga era o secretário da Câmara Municipal; Joaquim Toledo Piza era o Procurador Municipal, que corresponde ao atual Tesoureiro, ou coisa parecida;

Bernardino Inocêncio do Amaral era o responsável pelo cartório da Seção Eleitoral e acumulava o cargo de Primeiro Juiz de Paz do Município e Pinto Ferraz era o escrivão desse Cartório.

1906 - abastecimento de água

O jornal “*O Correio do Interior*” editado na Vila de Ribeirãozinho, em sua edição nº 61, de 3 de junho de 1906 trazia a notícia de maior interesse para a população. Estava registrada sob o título “*Abastecimento d’água*”, e transcrevia o edital, comunicando que, “*nos escritórios dos industriais e banqueiros desta praça, Srs. Horta & Rollemberg, o sr. José Maragliano, empreiteiro do abastecimento d’água receberá propostas para abertura de valetas e assentamentos de tubos de ferro nas ruas desta vila, nas dimensões de 0,60 x 0,40 e na linha adutora de 0,60 x 0,90*”.

Aqui, nesta notícia, certamente está o marco inicial dos serviços de abastecimento de água, atualmente sob a responsabilidade do SAAET.

Categoria de Cidade

Não obstante a crise do café que assolava o país, em especial o Estado de São Paulo o maior produtor, o nosso povoado crescia e se desenvolvia. Pela Lei Estadual nº 1038, de 19 de dezembro de 1906, elevava o município à categoria de Cidade. Aqui se faz necessário uma explicação: Vila, na tradição luso-brasileira correspondia à sede municipal, dotada de câmara de vereadores, símbolo de sua autonomia. Já o termo “*Cidade*” era também sede de município, mas era utilizada para aglomerações populacionais e organização urbana mais complexa. Isso ficou

demonstrado, pois no ano seguinte (1907) foi criada a Comarca de Taquaritinga, como veremos no decorrer deste trabalho.

Composição da Câmara Municipal

Em 1906, o intendente (prefeito) era Sebastião Moreira da Silva, que também exercia o cargo de vereador. A Câmara Municipal era composta de 5 vereadores, a saber:

Theophilo Rocha, presidente; Honório de Oliveira Camargo, cap. Carmelo Pagliuso, João Carvalho.

- 1907 – cidade consolidada

A prova de que a cidade já estava consolidada e seu crescimento era visível e palpável, estão demonstrados em dois acontecimentos históricos, ocorridos em 1907:

- o lançamento da pedra fundamental da Santa Casa, ocorrido a 20-10-1907; e
- a criação da Comarca, pela Lei nº 1.102-A, de 25 de novembro de 1907, alterando o nome do município de Ribeirãozinho para Taquaritinga.

- 1907 - Contrato para execução dos serviços de abastecimento de água

Como vimos acima, em 1906, foi expedido um edital para a execução dos serviços de abertura de valetas e colocação de tubos para a captação de água.

Em 1907, segundo denúncias formuladas por 3 vereadores, João Carvalho, cap. Carmelo Pagliuso e Gustavo Augusto de Moraes, a Câmara teria se reunido, em 3 de setembro (1907), em sessão extraordinária, convocando suplentes e deixando de convocar os vereadores titulares e nessa sessão autorizaram os vereadores Sebastião Moreira da Silva e Honório de Oliveira Camargo a irem até São Paulo e lá assinaram, em nome da Câmara, o contrato para a execução dos serviços, tendo como empreiteiro José Maragliano, entregando ao referido senhor 2.250 letras municipais, ao portador, no valor nominal de 100\$000 por ação. Essas letras eram produto de um empréstimo anterior que o município, através da Câmara havia contraído com banqueiros, em data anterior. Naquela época, o município tinha capacidade de contratar empréstimos. O empreiteiro Maragliano negociou esses títulos, convertendo-os em dinheiro.

Acontece que Maragliano não executou as obras. Os vereadores que denunciaram apontaram ainda as seguintes irregularidades por parte do empreiteiro:

- escolheu um manancial que não dava para abastecer nem a quinta parte da população da cidade;
- não mandou proceder a análise da água do referido manancial, conforme se obrigou por cláusula expressa do contrato;
- para salvar as aparências, construiu uma caixa d'água à flor da terra, sem proteção das enxurradas; instalou apenas alguns canos e abandonou os serviços e deixou o material ao relento;
- o empreiteiro ainda moveu uma ação judicial contra a Câmara e o Município para a cobrança de 70 contos de réis, a título de indenização e multa. Como resultado dessa ação, foi feito um acordo, em que a Câmara concordou de pagar mais 130:000\$000 (cento e trinta contos de réis).

- 1908 – Administração Municipal – como era constituída

A Lei nº 1.103, de 26-11-1907, estabeleceu os parâmetros sobre a organização municipal. Essa Lei modificou a Lê nº 1038, de 19-12-1906. Em seu art. 1º, a Lei nº 1.103 estabelecia que “*A administração dos municípios será exercida pelas câmaras municipais, compostas de vereadores eleitos por sufrágio direto e por um prefeito municipal e sub prefeitos distritais, eleitos pelas câmaras*”.

Já o parágrafo primeiro desse art. dizia que “*O prefeito municipal será o vereador que para isso for eleito pela Câmara Municipal, por maioria dos vereadores presentes à sessão*”

O parágrafo 2º estabelecia que “*Em suas faltas e impedimentos o prefeito será substituído pelo vice-prefeito, eleito anualmente pela Câmara dentre os vereadores*”.

O parágrafo 3º regulamentava o prazo de duração dos mandatos: “*Os mandatos dos vereadores durará 3 anos a contar de 15 de janeiro de 1908 e o do prefeito e subprefeitos um ano, sendo permitida a reeleição*”.

- 1908 – membros que compunham a administração municipal

No campo político, em janeiro de 1908, em sessão solene tomou posse a nova administração municipal, eleita para o triênio 1908 a 1910, que estava assim constituída:

Prefeito Municipal – Joaquim Machado Faro Rollemberg (era agrônomo)

Vice-prefeito – major Savério Calderazzo

Presidente da Câmara Municipal – João Braga

Vice presidente – José Augusto Penteado

Vereadores : cel João Ferreira de Castilho, Orestes José de Miranda

- 1908 – Instalação da Comarca de Taquaritinga

A instalação ocorreu a 4 de fevereiro de 1908, ao meio dia, na Sala da Câmara Municipal com a presença do Juiz de Direito da Comarca, Dr. Antonio de Paiva Azevedo. Consta da ata que estavam presentes João Braga, presidente da Câmara, o vice-prefeito Savério Calderazzo e vereadores. Era prefeito Joaquim Machado de Faro Rollemberg, que não consta da relação das pessoas presentes à solenidade.

Desentendimentos na administração municipal

Joaquim Machado de Faro Rollemberg assumiu a prefeitura a 15 de janeiro de 1908. Logo começou a exorbitar de suas funções: segundo relatos, era arrogante, demitiu empregados da Prefeitura que eram favoráveis à outra facção política; mandou arrombar o cofre municipal; arrombaram as gavetas do arquivo da secretaria da Câmara. Na época foi acusado de destinar boa parte do dinheiro arrecadado pela Prefeitura, remetendo ao seu sócio em São Paulo, Dr. Camilo Horta, sócio no projeto de abastecimento de água. Rollemberg fora indicado pela Comissão Diretora do Partido (PRP), em São Paulo. Elegeu-se vereador e foi “*escolhido*” pelos demais vereadores para o cargo de Prefeito Municipal. Pouco ficava em nossa cidade. A sua gestão era intercalada de reiterados pedidos de licença. Prova disso é que no ato solene da instalação da Comarca, ocorrido a 4 de fevereiro de 1908 o sr. Rollemberg não esteve presente e nem se fez representar.

- 1908 – Duplicidade de prefeitos

Foi um ano tumultuado, politicamente, em nossa cidade. Ocorreu a renúncia do prefeito Joaquim Machado de Faro Rollemberg que resultou numa dualidade de prefeitos pelo

período de aproximadamente 40 dias e que somente foi dirimida pela Justiça. Como ocorreu esse incidente.

A disputa política entre duas facções estava acirrada; uma delas liderada pelo cel. Gustavo Augusto de Moraes e que tinha como líder na Câmara o cel João Ferreira de Castilho, em oposição à facção que tinha como chefe político os Braga – João Braga.

Circulava em nossa cidade o jornal “*O Tempo*” que tinha como diretor Dr. José Zaccaro. Em sua edição nº 1, de 23-7-1908, em seu artigo de fundo, relatava e, ao mesmo tempo, contestava fatos ocorridos na última sessão, realizada a 15 de junho (1908). Havia exercido o cargo de prefeito, até aquela data (15 de junho) Joaquim Machado de Faro Rollemberg. Este senhor era um dos envolvidos na questão do contrato de execução das obras para o abastecimento de água para a cidade, em 1906. Consta que o sr. Rollemberg era de “*espírito violento e impulsivo*” e naquela sessão apresentou seu pedido de renúncia (lembre-se que ele era o prefeito mas não compareceu à solenidade de instalação da Comarca, ocorrida a 4-2-1908, isto, 3 meses antes). Na referida sessão tomou parte entre seus pares, como vereador Thomaz Sebastião de Mendonça. O vereador cel. Ferreira de Castilho, líder da oposição, contestou a presença do Sr. Mendonça. Não obstante o protesto lançado pelo cel. Castilho, a Câmara Municipal elegeu o novo prefeito, José Augusto Penteado. A lei eleitoral da época determinava que o prefeito municipal seria o vereador eleito pela Câmara Municipal por maioria de vereadores presentes à sessão. No mesmo dia, 15 de junho, o presidente da Câmara convocou uma sessão extraordinária, no horário das 3 horas da tarde, na qual trataria da posse do novo prefeito. A essa sessão compareceram 7 vereadores, entre eles, tomou parte o Sr. Thomaz Sebastião de Mendonça. Mais uma vez, o cel Castilho contestou a presença do Sr. Mendonça. O major Calderazzo, que também estava presente e era o vice prefeito, declarou perante a Câmara que como substituto legal do prefeito, assumiu as funções daquele cargo, visto que o mesmo se achava vago com a renúncia do Sr. Rollemberg.

A contestação do cel Castilho e do major Calderazzo se baseava em 2 pontos:

- a) – na sessão que foi eleito o sr. José Augusto Penteado ao cargo de prefeito, tomou parte um cidadão, Sr. Thomaz Sebastião de Mendonça que nada representava no seio da Câmara Municipal. Esse argumento se baseava no fato de que na eleição, realizada a 1º de março, haviam sido eleitos vereadores o cel. Gustavo Augusto de Moraes e o tenente cel. Manoel Luiz Duarte. Este último veio a falecer e o cel Gustavo foi excluído pela Câmara, em decorrência da recontagem, com redução de votos, por motivo de nulidade.

O partido da situação, comandado pelos Braga, aproveitou a oportunidade e empossou o Sr. Mendonça.

- b) – se não estivesse presente o sr. Mendonça, conseqüentemente, o sr. Penteado não teria conseguido a maioria prevista pela lei que regia aquela eleição. A oposição não aceitava a posse do Sr. Mendonça, sob alegação de que a lei determinava que, em caso de exclusão de vereador eleito, por redução de votos, por motivo de nulidade, teria que se fazer nova eleição. Se o Sr. Penteado obteve 3 votos e achavam-se presentes à sessão 6 vereadores legitimamente eleitos, o Sr. Penteado não teria obtido a maioria necessária.

Não obstante a contestação, a facção política dos Braga saiu vencedora por 4 a 3, computando-se o voto do Sr. Mendonça, empossando-se o novo prefeito, Sr. Penteado.

O impasse foi à decisão da Justiça e o mesmo jornal “*O Tempo*”, em sua edição de 26-7-1908, dava a notícia que “*em obediência à decisão do Tribunal de Justiça do Estado, reconhecendo a eleição do Sr. José Augusto Penteado para o cargo de prefeito, cessavam as atribuições do vice prefeito major Calderazzo que dignamente exerceu aquele cargo em virtude da renúncia do sr. Joaquim Machado de Faro Rollemberg*”.

Com a confirmação pelo Tribunal de Justiça, reconhecendo a eleição do Sr. José Augusto Penteado para o cargo de prefeito, ficou encerrada a polêmica deste caso. O Tribunal determinou ainda que fossem realizadas novas eleições para o preenchimento das duas vagas de

vereador e a não permanência do Thomaz de Mendonça como vereador. Consta que essa eleição ocorreu a 6 de setembro de 1908.

Revendando a relação cronológica dos prefeitos de Taquaritinga, notamos que a referida publicação não registra a passagem do Sr. Penteado como prefeito, eleito que foi na sessão da Câmara Municipal de 15 de junho de 1908, após a renúncia do Sr. Rollemberg. A citada publicação registra que o Sr. Rollemberg exerceu as funções de prefeito de 15-1-1908 a 15-1-1910.

Dualidade de prefeitos

Até que o Tribunal de Justiça reconheceu a eleição de José Augusto Penteado, por um período, isto é, de 15 de junho de 1908 (data que Rollemberg apresentou sua renúncia) até a data decisão judicial (julho de 1908) tivemos uma dualidade de prefeitos, José Augusto Penteado e major Savério Calderazzo.

Como se desenrolaram as eleições de 6 de setembro

A facção oposicionista lançou dois candidatos: cel. Gustavo Augusto de Moraes e o capitão Eduardo Alves da Silva. O grupo situacionista lançou Thomaz Sebastião de Mendonça e o dentista Rômulo Algodal.

Os candidatos obtiveram as seguintes votações:

Grupo oposicionista:

- cel. Gustavo Augusto de Moraes 148 votos
- cap. Eduardo Alves da Silva 139 votos

Grupo situacionista:

- Thomaz Sebastião de Mendonça 181 votos
- Rômulo Algodal 1 voto

Foram eleitos o cel. Gustavo Augusto de Moraes, da oposição e Thomaz Sebastião de Mendonça da facção situacionista.

A oposição mostrou-se satisfeita com o resultado, pois conseguira quase dois terços dos votos (287 contra 182, da situação).

Estratégia política do grupo situacionista

O grupo do cel. Gustavo Augusto de Moraes votou nos seus dois candidatos. Já o grupo situacionista, embora tivesse apresentado, oficialmente, dois candidatos, mas a votação concentrou-se em um único nome, o de Thomaz Sebastião de Mendonça, que obteve 181 votos e o seu companheiro de chapa, Rômulo Algodal obteve apenas 1 voto. Se o grupo situacionista não tivesse adotado essa estratégia, não teria logrado êxito e não teria eleito nenhum vereador. Adotada essa estratégia, conseguiu equilibrar as forças, elegendo um vereador. ,

- 1912 - Renúncia de vereadores

O jornal “*O Commercio*”, em sua edição de 1º de dezembro de 1912, noticiava a renúncia dos vereadores cel. Manoel Gomes de Mendonça e Pedro Paulo Correa. A notícia não dá maiores detalhes sobre a renúncia dos dois vereadores.

- 1913 - Grupo Escolar

O Primeiro Grupo Escolar, atual Domingues da Silva, foi criado em outubro de 1913 e instalado a 15 de janeiro de 1914.

- 1915 - Composição da Câmara Municipal

A Câmara Municipal estava constituída por 8 vereadores, a saber: José Ferreira Leite (YoYo), José Ramalho, Oreste Miranda, Luiz Sant´Anna, major Savério Calderazzo, Dr. Joaquim Mariano da Costa, Dr. Manoel Fadigas de Souza, Joaquim Cotrim.

- 1916 – Câmara Municipal elegeu o prefeito

Em sessão realizada a 15 de janeiro de 1916, a Câmara Municipal elegeu para o cargo de prefeito municipal Dr. Joaquim Mariano da Costa, que venceu em função da sua idade, pois o seu opositor José Ramalho era por pouquíssima diferença menos idoso e o resultado da eleição havia sido um empate.

Situação política em 1916 e 1917

Os anos de 1916 e 1917, sob o aspecto político, em nossa cidade, foram extremamente conturbados.

Dois grupos disputavam o poder político que se alternavam no poder: de um lado José Ferreira Leite, major Savério Calderazzo, cel. José Ramalho, Luiz Sant´Anna, Dr. Ângelo Tourinho de Bittencourt, Alípio de Castilho, Acácio da Silva Camargo.

Do outro lado, o grupo formado por Dr. Jacinto de Souza, Dr. Joaquim Mariano da Costa, cel. Gustavo Augusto de Moraes, cel. Francisco Gonçalves de Mendonça, Thomaz Sebastião de Mendonça, Horácio Cunha, Sebastião Miranda.

Na Câmara Municipal tinha maioria o grupo liderado pelo major Calderazzo e cel José Ramalho. Enquanto a prefeitura era ocupada por Dr. Joaquim Mariano da Costa, que fazia parte do grupo do Dr. Jacinto de Souza, Horácio Cunha, major Francisco Florêncio da Rocha.

Em 1916, Dr. Joaquim Mariano da Costa, que era o prefeito, teve o seu mandato suspenso pela Câmara Municipal, em sessão realizada a 27 de agosto de 1916. Dr. Mariano da Costa recorreu à Justiça e terminou o seu mandato, em 15 de janeiro de 1917, amparado numa ordem de Hábeas Corpus, concedida a seu favor.

A 30 de outubro de 1916, realizaram-se eleições para a escolha dos vereadores à Câmara Municipal, que iriam compor a legislatura para o triênio 1917, 1918 e 1919. O grupo que estava no poder liderado por major Calderazzo, cel José Ramalho foi reeleito. Foram eleitos Dr. Ângelo Tourinho Bittencourt, cel. José Ramalho, major Savério Calderazzo, Alípio de Castilho, Francisco Mancuso, Fortunato Patti, Luiz Sant´Anna, José Constâncio, Acácio da Silva Camargo.

Em sessão realizada a 15 de janeiro de 1917, os vereadores foram empossados. A Mesa Diretora da Câmara e o Poder Executivo ficaram assim constituídos:

Presidente da Câmara – Dr. Ângelo Tourinho de Bittencourt

Vice presidente – cel. José Ramalho

Prefeito Municipal – major Savério Calderazzo

Vice prefeito – Alípio de Castilho.

Quando se esperava que o ambiente político voltasse à normalidade, a temperatura política desandou.

Seqüestro das rendas municipais

Dois dias antes da posse dos novos vereadores, isto é, a 13 de janeiro de 1917, o advogado e político Dr. Jacinto de Souza, representando o credor da Câmara Municipal como portador das letras emitidas pela Edilidade, referentes a duas parcelas vencidas de um empréstimo feito em 1909, requereu o seqüestro das rendas municipais. Esse malfadado empréstimo estava relacionado com os serviços de instalação do sistema de abastecimento de água, iniciado lá nos anos 1906.

Conclui-se que se tratava de questões políticas, visto que a medida só foi ajuizada dois dias antes da posse dos vereadores. Entretanto, a medida foi negada pelo Juiz de Direito da Comarca, Dr. Nicolau Vergueiro da Silva Gordo, em sentença prolatada a 22 de janeiro de 1917.

Anulação das eleições realizadas a 30-10-1916

Mas o “*imbróglio*” não parou por aí; teve desdobramentos. O grupo liderado por Dr. Jacinto de Souza impugnou as eleições realizadas a 30 de outubro de 1916. O Tribunal determinou a anulação das referidas eleições e determinou a realização de novas, que ocorreram a 4 de novembro de 1917. Como comentado em tópicos anteriores, a eleição realizada a 30 de outubro de 1916 foi anulada e durante um certo período ocorreu uma dualidade de prefeitos, em nossa cidade, de 10 a 31 de março de 1917, de um lado o major Calderazzo e de outro o Dr. Joaquim Mariano da Costa, este do grupo liderado por Dr. Jacinto de Souza.

Nas eleições realizadas a 4 de novembro de 1917, o grupo liderado por Dr. Jacinto de Souza saiu vencedor. Foram eleitos os seguintes vereadores: major Francisco Florêncio da Rocha, Pedro Paulo Correa, Horácio Cunha, Thomaz Sebastião de Mendonça, tenente cel. Francisco Gonçalves de Mendonça, cel. Gustavo Augusto de Moraes, Joaquim Ferreira Campanha, Sebastião Miranda.

Em sessão realizada a 28 de novembro de 1917, a composição da administração municipal ficou assim constituída.

Câmara Municipal:

Presidente – cel. Gustavo Augusto de Moraes

Vice presidente – cel. Francisco Gonçalves de Mendonça

Vereadores – Pedro Paulo Corrêa, Horácio Cunha, Sebastião Miranda, Joaquim Ferreira Campanhã.

Prefeito Municipal – major Francisco Florêncio da Rocha

Vice prefeito – Thomaz Sebastião de Mendonça.

Em sessão realizada a 15 de janeiro de 1918, foi reeleita a Mesa da Câmara para o ano legislativo de 1918, que manteve nos cargos os mesmos vereadores que haviam sido eleitos na sessão de 28-11-1917.

Homenagens em sinal de reconhecimento

As eleições de 30-10-1916 foram anuladas graças a interferência do presidente (governador) do Estado, Dr. Altino Arantes, do Secretário da Justiça, Dr. Eloy Chaves, de membros do Legislativo, do Deputado Estadual Dr. José Roberto Leite Penteado, do Senador Estadual, cel Lacerda Franco. A interferência das autoridades acima mereceu um capítulo especial, que envolveu nomes de ruas e praças públicas.

Na sessão da Câmara Municipal realizada a 30-12-1917, o vereador e vice prefeito Thomaz Sebastião de Mendonça apresentou uma proposição que foi aprovada, propondo a

alteração de nomes de ruas e praças de nossa cidade, sob o argumento de que os homenageados promoveram “...o restabelecimento e a implantação da legalidade dos direitos políticos de nossos concidadãos”. Propôs a alteração do nome dos seguintes logradouros públicos:

- de Largo do Jardim para Praça Dr. Eloy Chaves;
- de Largo da Matriz para Praça Dr. José Roberto;
- de Rua 15 de novembro para Rua cel. Lacerda Franco;
- de Rua 13 de Maio para Rua cel José Pedroso.

O motivo dessas homenagens estava relacionado com o episódio da dualidade de prefeitos em 1917, que culminou com a anulação das eleições de 30-10-1916 e a realização de novas eleições a 4 de novembro de 1917.

Esses nomes de ruas permaneceram por alguns anos: por ex: a Rua Lacerda Franco foi alterada para Líbero Badaró, em 5 de novembro de 1930.

A Praça Dr. Eloy Chaves perdurou até 1935, quando foi alterado o nome para Praça 9 de Julho.

- 1.918 – Composição da Câmara Municipal

Em julho de 1918, a Câmara Municipal estava assim constituída:

Vereadores:

Cel. Gustavo Augusto de Moraes – presidente

Tenente cel. Francisco Gonçalves de Mendonça – vice presidente

Major Francisco Florêncio da Rocha – prefeito municipal

Major Thomaz Sebastião de Mendonça - vice prefeito municipal

Demais vereadores: Horácio Cunha, Pedro Paulo Corrêa, Joaquim Ferreira Campanhã e Sebastião Miranda.

Em 1918 o Diretório do Partido Republicano de Taquaritinga era o seguinte:

Dr. Jacinto de Souza – presidente

Dr. Joaquim Mariano da Costa – vice presidente

Horácio Cunha –Secretário

Demais membros – cel. Antonio de Moraes Silveira, major Francisco Florêncio da Rocha, Pedro Paulo Corrêa, Damião Antonio Gonçalves.

Grupo de oposição: a oposição estava alicerçada em torno de 3 nomes: José Ferreira Leite, major Savério Calderazzo e cel. José Ramalho. Registramos esses nomes, visto que em seguida serão objeto de comentários sobre suas atuações.

Nota de destaque: Nessa época, existia na Cadeia Pública uma escola destinada ao ensino dos reclusos. O prefeito aproveitava o serviço dos presos na conservação das estradas e embelezamento das ruas e praças. Por esses serviços percebiam um pequeno salário. Possuíam assim os reclusos o ensino e o trabalho.

Visita do Presidente do Estado, Dr. Altino Arantes

Dr. Altino Arantes era o presidente (atual governador) do Estado. A 19 de julho de 1919, o “*Jornal de Taquaritinga*”, em sua edição de 20 de julho de 1919, registrou a visita do presidente do Estado, Dr. Altino Arantes. Faziam parte da sua comitiva Dr. Cândido Mota,

Secretário da Agricultura, Dr. Carlos Botelho, Senador Estadual, cap. Herculano de Carvalho, Ajudante de Ordens do presidente, Dr. Ataliba Leonel, Deputado.

Recepcionaram o presidente, aqui em Taquaritinga:

Dr. Jacinto de Souza – chefe político

Dr. Nicolau Vergueiro da Silva Gordo, Juiz de Direito da Comarca

Horácio Cunha que estava no exercício do cargo de prefeito, visto que o titular, Thomaz Sebastião de Mendonça encontrava-se enfermo.

Cel Francisco Gonçalves de Mendonça, vereador e líder político em Cândido Rodrigues, que era distrito de nosso município e vice presidente da Câmara

Vereador major Francisco Florêncio da Rocha e cel. Manoel Gomes de Mendonça.

Todos faziam parte do grupo situacionista local. Do grupo oposicionista não estava relacionado nenhum dos seus integrantes.

- 1919 – Eleições municipais de 30 de outubro de 1919

Aproximavam-se as eleições de 30 de outubro de 1919 para a escolha dos vereadores que iriam compor a legislatura de 1920, 1921 e 1922.

Inicialmente, se faz necessário uma explicação sobre como eram escolhidos os candidatos a disputarem as eleições, em todos os níveis.

Nessa época vigorava a ditadura da Diretoria do Partido, localizada na Capital, que decidia quem deveria estar nas Câmaras de Vereadores, Câmara dos Deputados Federais e Estaduais e no Senado Federal e Estadual.

Eram apresentadas chapas fechadas, sem direito de escolha por parte dos eleitores. Portanto, os representantes da população eram escolhidos pela cúpula partidária, que mantinha o controle do partido. O partido dominante era o PRP – Partido Republicano Paulista. A população só comparecia às eleições para referendar o que já havia sido decidido pela cúpula.

Em virtude das disputas políticas internas, era comum que numa mesma cidade houvessem duas alas do mesmo partido (PRP) disputando o poder. É o que estava acontecendo nessa época, em nossa cidade (1918, 1919).

Às vésperas das eleições que se avizinhavam para a escolha dos vereadores para o triênio 1920 a 1922, o grupo da oposição se desintegrou.

A 28 de agosto de 1919 (portanto, a menos de 60 dias das eleições), foi o líder da oposição José Ferreira Leite que se retirou da política, transferindo-se para São Paulo. Em seguida, a 16 de setembro foi a vez do outro líder da oposição, cel Gustavo Augusto de Moraes que se desligou das hostes oposicionistas. Estes políticos é que davam o suporte financeiro ao grupo de oposição. Sem os seus dois principais líderes, a oposição se viu totalmente desestruturada.

O grupo situacionista, liderado por Dr. Jacinto de Souza não encontrou barreiras para continuar sua liderança política em nosso município.

O grupo situacionista lançou uma chapa fechada, isto é, indicando os nomes que o eleitorado deveria votar, ou melhor, referendar. Não houve disputa, visto que não havia concorrentes.

Os nomes indicados pelo Diretório do Partido foram os seguintes:

Dr. Jacinto de Souza, advogado, fazendeiro em nosso município

Cel. Francisco Gonçalves de Mendonça, fazendeiro, líder político em Cândido Rodrigues, que era distrito de nosso município;

Major Thomaz Sebastião de Mendonça, fazendeiro

Major Francisco Florêncio da Rocha, proprietário; era proprietário de uma Casa Bancária

Horácio Cunha, industrial – máquina de beneficiar café

Joaquim Ferreira Campanhã – lavrador, fazendeiro

Damião Antonio Gonçalves – lavrador, proprietário e líder em Guariroba

Cap. José Ferreira Vieira Júnior – industrial – máquina de beneficiar café em Jurupema

Para suplentes de vereadores:

Mário da Silva Camargo, Sebastião Corrêa (este era filho de Pedro Paulo Corrêa, fazendeiro e político antigo), Januário da Cunha Melo (proprietário da funerária) e José Gonçalves Calado.

Todos foram eleitos e, em sessão da Câmara Municipal, de 15 de janeiro de 1920, a Mesa da Câmara ficou assim constituída para a legislatura de 1920 a 1922:

Presidente - Joaquim Ferreira Campanha

Vice presidente – tenente cel. Francisco Gonçalves de Mendonça

Prefeito Municipal – Thomaz Sebastião de Mendonça

Vice prefeito – Horácio Cunha

Os demais vereadores eram Pedro Paulo Corrêa, Sebastião Miranda, cel. Gustavo Augusto de Moraes e major Francisco Florêncio da Rocha.

Sessão da Câmara Municipal de 30 de janeiro de 1920

O “*Jornal de Taquaritinga*” que era o porta-voz do governo, como consta em seu cabeçalho: “*Orgam do Partido Republicano de Taquaritinga*”, em suas edições de 8-2-1920 e 12-2-1920, relatam os trabalhos da sessão ordinária da Câmara Municipal, realizada a 30 de janeiro de 1920. Segundo o jornal, nessa sessão a Câmara estava assim constituída:

Presidente – Dr. Jacinto de Souza; vereadores: tenente cel. Francisco Gonçalves de Mendonça, Joaquim Ferreira Campanhã, major Francisco Florêncio da Rocha, Damião Antonio Gonçalves, Horácio Cunha e Thomaz Sebastião de Mendonça. Este último era vereador e prefeito.

Durante a sessão foram despachados vários requerimentos de munícipes. Foi apresentado também o balancete do último trimestre de 1919. Pelo vereador Horácio Cunha, foi apresentado projeto de lei sobre a obrigatoriedade do ensino primário no município.

Na mesma sessão foi feita uma exposição pelo vereador e prefeito Thomaz Sebastião de Mendonça sobre concessões aos contribuintes de impostos sobre veículos, isentando desse imposto os fazendeiros que possuíam veículos somente para a condução dos produtos de sua lavoura, incluindo os carros de boi.

Certamente, a notícia mais importante debatida na sessão foi o projeto apresentado pelo prefeito Thomaz Mendonça para a construção da rede de esgotos. À época, a cidade não era servida desse serviço.

- 1921 – Administração municipal em 1921

Os vereadores que compunham a Câmara Municipal:

Dr. Jacinto de Souza, Thomaz Sebastião de Mendonça, Mario Camargo, Horácio Cunha, Francisco Gonçalves de Mendonça, José Ferreira Vieira Júnior, Januário da Cunha Melo e Sebastião Corrêa.

O prefeito era Thomaz Sebastião de Mendonça;

Vice prefeito – Mário Camargo

Tesoureiro – José Campanhã

Secretário - Jerônimo Martins Lemembe

- 1923 - Câmara Municipal em 1923

Em sessão realizada a 30 de outubro de 1923, compareceram o presidente Dr. Jacinto de Souza e os vereadores tenente cel. Francisco Gonçalves de Mendonça, José Ferreira Vieira Júnior, João Previdelli, Antonio Coelho Júnior, Carmelo Pagliuso e Mário Camargo, que acumulava o cargo de prefeito.

Os principais assuntos tratados foram: A Câmara agradecia o convite enviado pela Igreja Presbiteriana, convidando os vereadores para comparecerem à solenidade, programada para 31 de outubro de lançamento da pedra fundamental do templo que ia ser construído na rua general Glicério. Portanto, aquele belo prédio da Igreja Presbiteriana, ali na rua general Glicério teve seu início em 1923. Atualmente (2012), a Igreja Presbiteriana foi transferida para a Rua

Na mesma sessão foi apresentado requerimento do vigário Antão Jorge, da Paróquia de São Sebastião, solicitando a concessão do terreno do Largo São José para nele ser construída a nova Igreja Matriz. O requerimento fora encaminhado à Comissão de Justiça e Finanças para dar seu parecer. Não temos notícias do desfecho do pedido.

Outro assunto estava relacionado com pedido formulado pelo prefeito municipal, Mário Camargo, para que a Câmara, em nome da Prefeitura, aceitasse títulos que “*produzissem numerário suficiente para o pagamento dos juros da segunda prestação do empréstimo de Rs 700:000\$000 (setecentos contos de réis)*”. A mensagem foi aprovada, ficando o prefeito autorizado a aceitar, em nome da municipalidade, os títulos necessários para solver aquele compromisso. Este empréstimo começou por volta de 1906, que se destinava a financiar a rede de abastecimento de água e foi por diversas vezes prorrogado e reajustado o valor.

Foi apresentado, também, o Orçamento do Município, para o ano de 1924, no valor de Rs 470:000\$000 (quatrocentos e setenta contos de réis).

- 1926 – Destaques

Em 1926 estava terminando o mandato do presidente da República, Arthur Bernardes. A 1º de março de 1926, realizaram-se eleições. Foram eleitos Washington Luiz e Fernando de Melo Viana, presidente e vice presidente da República, respectivamente. A posse dos eleitos ocorreu a 15 de novembro de 1926 e tinha seu término previsto para 15 de novembro de 1930.

O presidente do Estado era Carlos de Campos (filho de Bernardino de Campos) e o vice presidente era o cel Fernando Prestes de Albuquerque.

Aqui em Taquaritinga, o prefeito municipal era o advogado Dr. Jacinto de Souza. Curiosamente, Dr. Jacinto de Souza era simultaneamente vereador, prefeito e durante o seu mandato foi eleito Deputado Estadual.

O “*Jornal de Taquaritinga*”, em sua edição de 11 de julho de 1926, noticiava a viagem do Dr. Jacinto de Souza para a Capital, a fim de tomar parte nos trabalhos de abertura da Câmara dos Deputados. Foi o primeiro deputado por Taquaritinga.

A Câmara Municipal estava assim constituída:

Presidente – cel. Francisco Gonçalves de Mendonça

Vereadores – Dr. Jacinto de Souza, que acumulava o cargo de prefeito;

José Ferreira Vieira Júnior, que tinha como reduto eleitoral o Distrito de Jurupema, era o vice prefeito e acumulava o cargo de sub prefeito do Distrito de Jurupema;

Carmelo Pagliuso, João Previdelli, Luiz Nogueira Porto, João Caetano Ferreira, cel. Antonio Coelho Júnior, que era o sub prefeito do Distrito de Santa Ernestina.

À época faziam parte do município os distritos de Jurema, Cândido Rodrigues, Santa Ernestina e Guariroba.

A Comarca de Taquaritinga abrangia além de nosso município, mais Pindorama, Santa Adélia e Fernando Prestes.

Novo jornal “A REFORMA”

Mas, em março de 1926, surgiu um fato político novo. Surgiu um novo jornal, cuja linha era de oposição à política local reinante, que perdurava por 10 anos. Denominava-se “A REFORMA”, cuja direção estava a cargo do Dr. Agrícola de Campos Sales, Juiz de Direito aposentado e que exerceu esse cargo aqui em Taquaritinga de 1910 a 1916; foi o segundo Juiz de Direito da Comarca. Esse jornal vinha com o propósito de aqui fundar o Partido Democrático de São Paulo. Congregava forças anti-situacionistas e anti oligárquicas. Combatia a política que predominava – o PRP, a política dos “*coronéis*”, dos “*barões do café*”. O partido Democrático liderou em São Paulo a campanha presidencial de Getúlio Vargas para as eleições de 1930, além de participar dos preparativos revolucionários então já iniciados.

Eleições para presidente da República, senadores e deputados

Em 1926, foram realizadas duas eleições: a primeira, em 28 de fevereiro, para a escolha de 3 senadores para o Senado Estadual e duas vagas na Câmara de Deputados. Como era praxe, o Partido indicava os nomes e o eleitorado era convocado para referendá-los.

A segunda eleição ocorreu a 1º de março (1926), para a escolha do presidente e do vice presidente da República. O Diretório do Partido Republicano de Taquaritinga publicou um boletim concitando o eleitorado a sufragar os nomes que já haviam sido aprovados na Convenção Nacional, realizada no Rio de Janeiro, a 12 de abril de 1925, que foram Washington Luiz Pereira de Souza e Fernando de Melo Viana, que exercia o cargo de presidente do Estado de Minas Gerais.

Resultado da eleição

Washington Luiz e Melo Viana aqui na Comarca obteve 1.278 votos cada. Não houve votos para o concorrente adversário, que era Getúlio Vargas.

No plano nacional Washington Luiz e Melo Viana também venceram e foram eleitos.

A posse do presidente e do vice presidente da República ocorreu a 15 de novembro de 1926.

Balancete financeiro da Câmara Municipal

O Balancete financeiro da Câmara, correspondente ao exercício de 1925, que era assinado pelo prefeito e pelo presidente da Câmara apresentou os seguintes números:

- as receitas somaram Rs 604:096\$700 (seiscentos e quatro contos, noventa e seis mil e setecentos réis)

- as despesas atingiram Rs 688:973\$520 (seiscentos e oitenta e oito contos. . .)

A diferença, isto é, o déficit foi coberto com operações de crédito (empréstimos) no valor de Rs 110:000\$000 (cento e deis contos de réis) e mais a alienação de 270 títulos do Empréstimo Consolidado de 1918, no valor de Rs 27:000\$000 (vinte e sete contos de réis).

O orçamento das receitas e despesas para o ano de 1927 foi estimado em Rs 630:000\$000 (seiscentos e trinta contos de réis).

Jornal “A REAÇÃO”

Um novo jornal surgia, cujo título era “A REAÇÃO”. A linha política do jornal, como o próprio nome sugere, era de oposição ao prefeito municipal, Dr. Jacinto de Souza e por extensão à política dominada pelo PRP.

Fundava-se um novo partido político: Partido Municipal de Taquaritinga e o jornal era o órgão desse partido. O diretor de jornal era o advogado Dr. Thomé Junqueira Vilella.

Como relatado acima, a insatisfação contra a situação política reinante, dominada pelo PRP, vinha crescendo. Partidos políticos eram formados, cuja linha política era de oposição ao governo central.

Aproximavam-se as eleições de 1930, em substituição de Washington Luiz que estava no último ano de seu governo. Havia um acordo entre os caciques do partido dominante que numa eleição seria um paulista e na seguinte, um mineiro, na presidência da República, esquema que vinha funcionando de longa data. Em 1926, havia sido eleito Washington Luiz, um paulista. Para as eleições de 1930 era a vez de Minas Gerais indicar o presidente. Era a chamada “*política do café com leite*”. O então governador de Minas Gerais, Antonio Carlos Andrada era o candidato natural. Mas contrariando as expectativas, Washington Luiz trabalhava a candidatura de Julio Prestes, governador do Estado de São Paulo. O governador mineiro, Antonio Carlos, sentindo-se alijado do processo eleitoral, recorreu ao governador do Estado do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, para a formação de uma aliança, com o objetivo de lançarem uma candidatura de oposição ao candidato do presidente Washington Luiz.

Aliança Liberal – Getúlio Vargas

É formada a Aliança Liberal e lançado como candidato Getúlio Vargas. Outro Estado se aliou aos oposicionistas – Paraíba – representado pelo seu governador João Pessoa, que é lançado candidato a vice presidente.

Eleições

A 1º de março de 1930 realizaram-se as eleições presidenciais. Júlio Prestes vence. Os ânimos estavam exaltados. A oposição defendia a tese de que pelas vias normais não tinham condições de mudar os rumos da política dominada pelo partido do presidente - o PRP. Só uma revolução poderia mudar essa situação. E isso veio a se concretizar. Getúlio Vargas deixou o governo do Estado do Rio Grande do Sul e comandou pessoalmente os contingentes revolucionários que partiam do sul do país. As forças revolucionárias suplantaram as tropas governistas e a 24 de outubro de 1930 Washington Luiz é deposto por uma Junta Militar composta pelos Chefes das Forças Armadas.

A 3 de novembro (1930), Getúlio Vargas toma posse como Chefe do Governo Provisório, com amplos poderes.

A 11 de novembro (1930) Getúlio Vargas dissolve, por decreto, todos os Órgãos Legislativos – Congresso Nacional, Congressos Estaduais, as Câmaras Municipais e os governadores dos Estados são destituídos e substituídos por interventores federais. O Governo Provisório centralizou todo o poder no Executivo, inclusive o Poder Legislativo.

Aqui em Taquaritinga

A administração municipal estava assim constituída:
Câmara Municipal –Presidente – Dr. Edgard Baptista Pereira

Vereadores - Cel. Luiz Nogueira Porto, cel. Manoel Gomes de Mendonça, Carmelo Pagliuso (farmacêutico), José Ferreira Vieira Júnior, cap. João Caetano Ferreira, Antonio Coelho Júnior, cap. João Previdelli, Joaquim Leite de Matos, suplente.

O prefeito era Manoel Gomes de Mendonça, que acumulava o cargo de vereador. Tinha sido escolhido pelos vereadores e assumira o posto de prefeito em 15 de janeiro de 1929. Era conhecido por “Maneco” do Mendonça. Foi deposto a 27 de outubro de 1930. Foi o último prefeito da era “República Velha”, do “*coronelismo*”, dos “*barões do café*”.

Com as alterações impostas pela Revolução de 1930, o prefeito Manoel Gomes de Mendonça foi substituído, provisoriamente, por Dr. Carlos Belarmino de Almeida Neto, médico, que exerceu o cargo de prefeito de 27-10-1930 a 16-01-1931 (81 dias). Dr. Almeida Neto era o médico responsável pelo Posto de Saúde.

Em seguida, foi nomeado pelo interventor federal o Sr. Carlos de Oliveira Novaes, fazendeiro no município, que exerceu o cargo de 16-01-1931 a 2-10-1932.

Câmara em recesso

A Câmara permaneceu fechada até a promulgação da Constituição de 1934.

Prefeitos nomeados

Durante o período que a Câmara Municipal permaneceu fechada, os prefeitos foram nomeados pelo interventor federal, a saber:

- período de 27-10-1930 a 16-01-1931 – Dr. Carlos Belarmino de Almeida Neto
- de 16-01-1931 a 02-10-1932 – Carlos de Oliveira Novaes
- de 02-10-1932 a 04-10-1933 – Dr. Francisco de Arêa Leão
- de 04-10-1933 a 03-03-1934 – Celso Ferreira de Camargo
- de 03-03-1934 a 14-08-1935 – Dr. Leonel Benevides de Resende (indicado pelos partidos políticos)
- de 14-08-1935 a 02-08-1936 – José da Silva Camargo (era o vice prefeito; assumiu a Prefeitura visto que Dr. Leonel fora eleito Deputado Estadual e deixou o cargo de prefeito, para assumir seu posto na Assembléia Legislativa).

Portanto, num espaço de tempo de 5 anos e 10 meses, isto é, de 27-10-1930 até 02-08-1936, tivemos nada menos que 6 prefeitos.

- 1934 – promulgada nova Constituição Brasileira

A 16 de julho de 1934 foi promulgada a nova Constituição Brasileira.

Partidos políticos

Com a promessa pelo Governo Central de que seriam marcadas novas eleições, os partidos políticos passaram a organizar os seus diretórios: Partido Republicano Paulista, Partido Constitucionalista, Partido Municipal de Taquaritinga.

Constituição de 1934

A Assembléia Constituinte foi instalada em novembro de 1933, já tendo em mãos um anteprojeto que havia sido preparado por uma comissão composta de juristas e políticos, nomeada

pelo Governo Federal. Constava de suas disposições transitórias a eleição indireta do presidente da República.

Getúlio Vargas eleito presidente

A 17 de julho de 1934, Getúlio Vargas é eleito presidente da República pela Assembléia Constituinte.

Eleições para os Legislativos dos Estados

A 14 de outubro de 1934 realizaram-se as eleições para os Legislativos dos Estados, que por sua vez escolheram os novos governadores dos Estados.

Aqui em Taquaritinga – pedido de demissão do prefeito E indicação do novo prefeito

Logo no início do ano, em março de 1934, o prefeito Celso Ferreira de Camargo apresentou seu pedido de demissão, pois vinha exercendo o cargo de prefeito desde outubro de 1933.

Os partidos políticos locais, Partido Republicano Paulista, Partido Democrático, Federação dos Voluntários e Liga Católica indicaram ao Departamento de Administração Municipal de São Paulo para o cargo de prefeito os nomes de Mauro Sales, proprietário no município e Leonel Benevides de Resende, fazendeiro em nosso município. Foi escolhido Dr. Leonel Benevides de Resende que assumiu o posto a 3 de março de 1934 e permaneceu até 14-8-1935.

Dr. Leonel deixou o cargo, por ter sido eleito Deputado Estadual. Quem completou o mandato foi o vice prefeito, José da Silva Camargo, farmacêutico, conhecido por Juca Camargo. Sr. José da Silva Camargo assumiu o cargo de prefeito a 15 de agosto de 1935 e exerceu até 2-8-1936.

Eleição para a escolha de vereadores

A 15 de março de 1936, realizaram-se eleições para a escolha de 11 vereadores, para compor a Câmara Municipal. Disputavam as eleições 3 partidos: o Partido Municipal elegeu 5 vereadores; o Partido Constitucionalista elegeu 4 e o Partido Republicano Paulista, elegeu 2.

Foram eleitos:

- Pelo Partido Municipal
 - Dr. Francisco de Arêa Leão (médico)
 - Dr. Osmar Marques da Rocha (advogado)
 - Alberto Sender da Silveira (de Guariroba)
 - Guerino Negri (de Vila Negri)
 - Dr. Geraldo Cassoni (médico) (de Santa Ernestina)
- Pelo Partido Constitucionalista
 - José da Silva Camargo, Dr. Horácio Ramalho (advogado), Anselmo Magnani (industrial) e Santo Micali (industrial)
- Pelo Partido Republicano
 - Carmelo Pagliuso (farmacêutico) e João de Oliveira Barros (de Cândido Rodrigues).

Os vereadores eleitos foram empossados a 2 de agosto de 1936.

A Mesa Diretora da Câmara ficou assim constituída:

- Presidente – João de Oliveira Barros (do Distrito de Cândido Rodrigues)
- Vice presidente – Dr. Geraldo Cassoni (do Distrito de Santa Ernestina)
- Secretário – Dr. Osmar Marques da Rocha.

O Partido Municipal e o PRP se uniram. O Partido Constitucionalista ficou na oposição.

O Partido Municipal e o PRP indicaram para candidato ao cargo de prefeito o vereador Dr. Francisco de Arêa Leão. Já o Partido Constitucionalista, que era oposição, indicou o nome do Dr. Horácio Ramalho, como seu candidato ao cargo de prefeito.

Realizada a votação, foi eleito prefeito Dr. Francisco de Arêa Leão, tendo obtido 6 votos, enquanto Dr. Horácio Ramalho obteve 5 votos.

Dr. Arêa Leão passou a exercer o cargo no seu segundo mandato de prefeito a 2 de agosto de 1936 que se estendeu até 29-12-1941. A sua primeira gestão ocorreu de 2-10-1932 a 4-10-1933.

Na sessão da Câmara realizada a 5-8-1936, tomou posse o primeiro suplente, Ricardo Bruzadim, na vaga aberta por Dr. Arêa Leão, eleito prefeito.

Novos vereadores

O vereador Dr. Osmar Marques da Rocha renunciou ao cargo, por motivo de transferência para o Rio de Janeiro. Na sessão de 30-9-1936 foi convocado o suplente Alfredo Colombo. Em seguida, o vereador Anselmo Magnani renunciou ao cargo. Em sessão de 16-11-1936 assumiu o suplente Higgino Azzolini. Em 15-12-1936, na vaga aberta por Alfredo Colombo assumiu Francisco Perissinotti.

- 1937 - Plano político tumultuado – Fechamento dos Órgãos Legislativos

No plano político nacional, o ano de 1937 foi tumultuado, culminando com o fechamento do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas Estaduais e Câmaras Municipais.

A 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas, presidente da República, anunciou a implantação do “*Estado Novo*” e outorgou uma nova Constituição, que ficou conhecida pelo nome de “*Polaca*”, de inspiração fascista e totalitária.

Os Estados passaram a ser governados por interventores nomeados pelo presidente da República. Os interventores, por sua vez, nomeavam os prefeitos municipais.

Época do “Estado Novo” em Taquaritinga

Aqui em Taquaritinga, não ocorreu a substituição do Chefe do Executivo. Permaneceu no posto Dr. Francisco de Arêa Leão.

Com o fechamento da Câmara Municipal, Dr. Arêa Leão permaneceu na Prefeitura, pois, este político, durante o Movimento Constitucionalista de 1932 se posicionou a favor de Getúlio Vargas e foi até indicado prefeito, naquele momento (de 2-10-1932 a 4-10-1933, em seu primeiro mandato. O segundo mandato de Dr. Arêa Leão foi de 2-8-1936 a 29-9-1941.

Em junho de 1941, Dr. Ademar de Barros pediu afastamento da Interventoria Paulista e foi indicado para substituí-lo Dr. Fernando Costa. Com a nomeação do novo interventor Dr. Fernando Costa, ocorreu mudança na chefia do Executivo Municipal local.

Por Decreto de 23 de setembro de 1941, foi exonerado Dr. Francisco de Arêa Leão do cargo de prefeito e nomeado para substituí-lo o Sr. Carlos de Oliveira Novaes, que assumiu a

Prefeitura pela segunda vez. A primeira ocorreu em 18 de janeiro de 1931, nomeado pelo então interventor federal em São Paulo o cel. João Alberto Lins de Barros. O Sr. Carlos de Oliveira Novaes assumiu a prefeitura a 29-9-1941 que governou até 23-11-1944. Carlos de Oliveira Novaes ficou fora por uma temporada de 23-11-1944 a 26-2-1945, quando ocupou o cargo de prefeito o secretário da Prefeitura sr. Reinaldo Pinseta. Carlos de Oliveira Novaes retornou à Prefeitura, pela terceira vez, ocupando o cargo de prefeito de 26-2-1945 a 12-3-1947.

Fim da era Vargas

Na noite de 29 de outubro de 1945, os Chefes das Forças Armadas depuseram Getúlio Vargas. Com sua saída, terminava a primeira fase da era Vargas que teve seu início com a Revolução de 1930, passando pelo “*Estado Novo*”, este iniciado em 1937 que perdurou até 1945. Ele voltaria em 1951, como veremos.

- 1947 – Primeiras eleições após o período da ditadura Vargas

No plano estadual que governava o Estado era o embaixador José Carlos de Macedo Soares.

No plano municipal, o prefeito indicado era Carlos de Oliveira Novaes.

Em 19 de janeiro de 1947 realizaram-se eleições para governador, senadores e deputados. Foram as primeiras eleições após o período de ditadura Vargas. Nas eleições de 19 de janeiro foi eleito governador do Estado Dr. Ademar Pereira de Barros, que tomou posse a 14 de março de 1947.

Com a eleição de Ademar de Barros para o governo do Estado, o prefeito Carlos de Oliveira Novaes pediu exoneração do cargo a 6 de março, permanecendo no cargo até 12-3-1947.

Assumiu a Chefia do Executivo Municipal, com o título de Prefeito Municipal em Comissão o Sr. Reinaldo Pinseta, que exercia o cargo de Secretário da Prefeitura, que ocupou o cargo de 12-3-1947 a 10-4-1947.

O Diretório do Partido Social Progressista – PSP – partido de Ademar de Barros, indicou o Sr. Manoel dos Santos para o cargo de prefeito, que tomou posse a 10-4-1947 a 17-01-1948.

Primeiras eleições municipais após o período ditatorial de 1937 a 1945

Depois de 8 anos fechado, o Congresso Nacional voltou a funcionar. A 18 de setembro de 1946 foi promulgada nova Constituição Brasileira, retornando o país ao sistema democrático.

Eleições municipais – prefeito e vereadores

Em 9 de novembro de 1947 realizaram-se eleições para a escolha do prefeito e vereadores à Câmara Municipal.

A Câmara Municipal era composta de 17 vereadores.

Para prefeito foi eleito Dr. Francisco de Arêa Leão, que obteve 1914 votos. Os outros candidatos foram: Dr. Ademar Carvalho Gomes, com 1.277 votos e Adail Nunes da Silva, com 1.184 votos.

Os vereadores eleitos foram:

- Pelo PSP – Anur Felipe Gabriel, Damião Antonio Gonçalves, Manoel dos Santos, Armando Natale Pinseta, Luiz Calil, Dr. Vicente Pelúcio Neto, Dr. Geraldo Cassoni, José Mantovani, Dr. Luiz Barbosa Filho, Lino Ascari Boarini.

- Pelo PSD – PRP – Antonio Abbud, Domingos Calderazzo, Edwil Roncada, Dr. Ernesto Pagliuso, Dr. Waldemar D´Ambrósio, Manoel Dante Buscardi.

- Pelo PTN – Fioravante Betti, Umberto Pagliuso, Caetano Caparelli.

Outros vereadores suplentes – Luiz Carlos Portugal, Waldorp Nilo Lui, Francisco Queda, João Caivano Castilho, Alcindo Arnoni.

O prefeito e os vereadores foram empossados a 1º de janeiro de 1948.

- 1948 – Mesa Diretora da Câmara Municipal

Na sessão de 1º de janeiro de 1948 foi eleita a Mesa Diretora da Câmara, que ficou assim constituída:

Presidente – Manoel dos Santos

Vice presidente – Domingos Calderazzo

1º secretário – Dr. Vicente Pelucio Neto

2º secretário – Caetano Caparelli

- 1950 – Mesa Diretora da Câmara – 1ª Legislatura

Em sessão extraordinária realizada a 6 de janeiro de 1950, foi eleita a Mesa Diretora da Câmara Municipal que ficou assim constituída:

Presidente reeleito – Manoel dos Santos

Vice presidente – Dr. Geraldo Cassoni

1º secretário – Dr. Vicente Pelucio Neto

2º secretário – Anur Felipe Gabriel

Eleições para deputados estaduais e federais

A 3 de outubro de 1950, realizaram-se eleições para vários níveis. Por Taquaritinga, Dr. Arêa Leão foi candidato a Deputado Federal, mas não conseguiu se eleger.

Para Deputado Estadual, Dr. Ademar Carvalho Gomes elegeu-se, obtendo uma cadeira na Assembléia Legislativa.

- 1951 – Eleição para a Mesa Diretora da Câmara Municipal

No dia 8 de janeiro de 1951, realizou-se a eleição para a escolha da nova Mesa Diretora da Câmara Municipal, que ficou assim constituída:

Presidente – Manoel dos Santos, que obteve 17 votos, representando a unanimidade dos vereadores, já que a Câmara era composta de 17 vereadores.

Vice presidente – Domingos Calderazzo

1º secretário – Luiz Carlos Portugal (Seo Lula)

2º secretário – Dr. Antonio Abbud

O destaque é para o Sr. Manoel dos Santos que foi reeleito por 4 vezes seguidas no cargo de presidente da Câmara.

Complementavam a Câmara os seguintes vereadores: Alcindo Arnoni, Luiz Calil, Edwil Roncada, José Mantovani, Anur Felipe Gabriel, Caetano Caparelli, José Mantovani, Dr. Geraldo Cassoni, Damião Antonio Gonçalves, Dr. Waldemar D´Ambrósio, Dr. Vicente Pelúcio Neto.

Eleições municipais – prefeito, vice e vereadores

Em outubro de 1951, realizaram-se eleições para a escolha do prefeito, vice e dos vereadores. Para prefeito concorriam dois nomes: Ernesto Salvagni e Manoel dos Santos.

O Sr. Ernesto foi apoiado pela coligação formada pelo PTB, PTN e PRP, enquanto o Sr. Manoel dos Santos era apoiado pelo PSP e UDN.

Concorreram a vice prefeito Dr. Adail Nunes da Silva e Domingos Calderazzo. Os candidatos a vice prefeitos não ficavam vinculados a um determinado candidato a prefeito. O voto era separado, isto é, o eleitor podia votar num candidato de um partido para prefeito e de outro partido para vice.

Manoel dos Santos era apoiado por Dr. Francisco de Arêa Leão. Foi uma eleição muito disputada.

Dr. Adail foi o mais votado entre os 4 candidatos. Obteve 2.388 votos, enquanto seu companheiro de coligação, Sr. Ernesto Salvagni obteve 2.380 votos. O Sr. Manoel dos Santos obteve 2.148 votos e seu vice, Domingos Calderazzo, 2.109 votos.

Ernesto Salvagni e Dr. Adail foram os vencedores.

Vereadores eleitos

Os vereadores eleitos foram: Dr. Waldemar D'Ambrósio, Dr. Vicente Pelucio Neto, Nelson Perissinotti, Vicente José Parise, Dr. Francisco de Arêa Leão, Dr. Flávio Lemos, Francisco Sales Siqueira, Heitor Carvalho Gomes, Sebastião Domingos Antonio Bove, Savério Favaro, Elias Dib Neto, Manoel Dante Buscardi, Daniel Marques, Anur Felipe Gabriel, Dr. Geraldo Cassoni.

A 1º de janeiro de 1952 ocorreu a posse dos eleitos.

- 1952 – Mesa Diretora da Câmara Municipal

A Mesa Diretora ficou assim constituída:

Presidente – Dr. Flávio Lemos

Vice presidente – Nelson Perissinotti

1º secretário – Sebastião Domingos Antonio Bove

2º secretário – Daniel Marques.

Solução prática e útil – corte do canto das calçadas

Foi por proposta do vereador Dr. Waldemar D'Ambrósio que sugeriu o corte dos cantos das calçadas, “ *a fim de proporcionar maior larguesa e conseqüentemente facilitar o trânsito urbano em geral*”.

- 1953 – Mesa Diretora da Câmara Municipal

A Mesa Diretora para o ano de 1953 ficou assim constituída:

Presidente – Dr. Waldemar D'Ambrósio

Vice presidente – Anur Felipe Gabriel

1º secretário – Dr. Luiz Barbosa Filho

2º secretário – Antonio Domingos Pinseta

- 1954 – Mesa Diretora da Câmara Municipal

Presidente – Dr. Waldemar D´Ambrósio – (reeleito)
Vice presidente – Anur Felipe Gabriel (reeleito)
1º secretário – Dr. Luiz Barbosa Filho (reeleito)
2º secretário – Antonio Domingos Pinseta (reeleito)

Eleições para governador, vice, senado, câmara federal e deputado estadual

Em outubro de 1954 realizaram-se eleições para diversos níveis.

Para governador do Estado foi eleito Jânio Quadros; para vice Porfírio da Paz; para senadores Lino de Matos e Áureo Soares de Moura Andrade.

Eleição de Ernesto Salvagni para deputado estadual

Na legislatura anterior, Taquaritinga tinha um representante na Assembléia Legislativa: Dr. Ademar Carvalho Gomes que não conseguiu se reeleger na eleição realizada em outubro de 1954. Mas foi eleito o Sr. Ernesto Salvagni. Por ocasião da eleição, Sr. Ernesto exercia o cargo de prefeito municipal. Em março de 1955, Sr. Ernesto renunciou ao cargo de prefeito para assumir a cadeira na Assembléia Legislativa.

Assumiu a prefeitura o vice, Dr. Adail Nunes da Silva.

Brasão de Armas do Município

Pela Lei nº 133, de 30 de abril de 1954 foi aprovado o Brasão de Armas do Município.

- 1955- Mesa Diretora da Câmara Municipal

Em sessão realizada a 15 de janeiro de 1955, foi eleita a nova Mesa Diretora da Câmara:

Presidente – Anur Felipe Gabriel
Vice presidente – Dr. Luiz Barbosa Filho
1º secretário – Elias Dib Neto
2º secretário – Antonio Domingues Pinseta

Renúncia do Sr. Ernesto Salvagni e posse do Dr. Adail

O Sr. Ernesto Salvagni era o prefeito eleito para o período de 1952 a 1955. Em 1954 foi eleito deputado estadual. Em março de 1955, Sr. Ernesto renunciou ao cargo de prefeito para assumir a cadeira na Assembléia Legislativa. Dr. Adail que era o vice prefeito assumiu a Prefeitura para completar o mandato.

Eleições para escolha do prefeito, vice e vereadores

Em 3 de outubro de 1955, realizaram-se eleições para prefeito e vice. Dr. Adail que assumiu a Prefeitura com a renúncia do Sr. Ernesto Salvagni, estava impedido de ser candidato a prefeito. Sendo-lhe vedado concorrer ao cargo de prefeito, apoiou a chapa formada por Dr. Ademar Carvalho Gomes e Dr. Pedro Perotti.

A outra chapa estava composta pelo Sr. Manoel dos Santos e como vice, Dr. Vicente Pelucio Neto.

Foram eleitos Dr. Ademar Carvalho Gomes e Dr. Pedro Perotti.
Dr. Adail saiu candidato à vereança, sendo o vereador mais votado.

Eleições para vereador

Juntamente com a eleição de prefeito, realizaram-se eleições para a escolha de vereadores.

A Câmara ficou assim constituída:

- Coligação UDN - PSB – elegeram 7 vereadores
 - Dr. Adail Nunes da Silva, Ayrton Poletti, Edgard Jodas Martins, Daniel Marques, Jether José Lui, Francisco Parise, Nelson Perissinotti
- Pelo Partido Social Progressista - elegeram 5 vereadores
 - Ângelo Golfredo Antonio Piva, Anur Felipe Gabriel, Fideo Kamada, Francisco Piacenti, Sílvio Basso
- Pelo Partido Social Democrático – elegeram 2 vereadores
 - Antonio Domingos Pinseta, Elias Dib Neto
- Pelo Partido de Representação Popular – elegeram 1 vereador
 - Dr. Waldemar D`Ambrósio

- 1956 - Posse do prefeito, vice e vereadores

Em janeiro de 1956 tomaram posse o prefeito e vice, Dr. Ademar Carvalho Gomes e Dr. Pedro Perotti, respectivamente, e os vereadores eleitos.

Mesa Diretora da Câmara Municipal

Ficou assim constituída:

Presidente – Dr. Waldemar D`Ambrósio

Vice presidente – Elias Dib Neto

1º secretário – Fideo Kamada

2º secretário – Anur Felipe Gabriel.

A escolha da nova Mesa Diretora foi disputadíssima. A chapa vencedora recebeu 8 votos contra 7 votos da oposição.

Encerramento da carreira política de Manoel dos Santos

Com duas derrotas seguidas (1951 e 1955) e com o afastamento da política de seu companheiro de lutas, Dr. Francisco de Arêa Leão, o Sr. Manoel dos Santos se afastou das lutas políticas, encerrando sua carreira político-partidária.

Destaques no ano de 1956

Em 1956, alguns destaques merecem registro, pois teve a participação da Câmara Municipal.

A 16 de agosto foi comemorado pela primeira vez “*O Dia do Município*”. Nessa data comemorava-se o 64º aniversário do Município. As comemorações compreenderam diversos atos públicos ;

- um majestoso desfile percorreu as principais ruas da cidade ;

- uma sessão cívica realizada no salão auditório da Rádio Clube Imperial ;
- missa campal, no largo da Matriz – atual Praça Dr. Aimone Salerno ;
- à noite, concerto musical, no coreto da Praça 9 de Julho (atual praça Dr. Horácio Ramalho), executado pela Filarmônica “*Pietro Mascagni*”, da cidade de Jaboticabal.

Hino a Taquaritinga

O autor de nosso Hino é o cônego Lourenço Cavallini. A história registra que o padre Cavallini o compôs a 5 de agosto (1956) e, no dia seguinte, isto é, 6 de agosto, foi executado, publicamente, na cerimônia de aposição da fotografia de José Domingues da Silva no recinto do Grupo Escolar “*Domingues da Silva*” cantado pelo orfeão do citado estabelecimento, regido pela professora Maria Tereza Mantese. Essa homenagem à Família Domingues da Silva fazia parte das comemorações do Dia do Município.

Bandeira do Município

Outro símbolo da nossa cidade foi homenageado durante as comemorações do Dia do Município. Pela Lei nº 196, de 10-10-1956 foi instituída a Bandeira do Município.

- 1957 – Mesa Diretora da Câmara Municipal

Em janeiro de 1957, em sessão extraordinária, realizou-se a eleição para a escolha da Mesa Diretora, ficando assim constituída:

Presidente – Dr. Waldemar D´Ambrósio

Vice presidente – Elias Dib Neto

1º secretário – Fideo Kamada

2º secretário – Nelson Perissinotti

- 1957 - Destaques

No plano nacional, o ano de 1957 marcou o início da construção de Brasília.

Em nossa cidade, 1957 marcou o cinquentenário de duas datas que fazem parte de nossa história: criação da Comarca de Taquaritinga e o lançamento da pedra fundamental do prédio da Santa Casa, fatos esses ocorridos em 1907, aqui na então Vila de Ribeirãozinho.

Mas o ano de 1957 não ficou apenas em lembrar datas históricas de fatos passados; reservou outros momentos de alegria para a nossa população.

A 26 de junho de 1957 ocorreu o lançamento da primeira pedra do Grupo Escolar “*Amando de Castro Lima*” e a 15 de agosto a pedra fundamental do Colégio Estadual e Escola Normal “*9 de Julho*”, atual Instituto de Educação “*9 de Julho*”, localizado no Jardim Contendas.

Ocorreu também a iluminação da Avenida que liga a cidade à Estação Ferroviária, atual Avenida Washington Luiz, que dá acesso ao Jardim São Sebastião.

No terreno esportivo, o CAT conquistou a “*Taça dos Invictos*”, competição esportiva patrocinada pelo jornal “*Gazeta Esportiva*”. Num total de 20 partidas disputadas, o CAT conseguiu 16 vitórias e 4 empates, num total de 49 gols marcados contra 15 sofridos.

Renúncia do deputado Ernesto Salvagni

Em março de 1957, o Sr. Ernesto Salvagni anunciou que iria renunciar ao posto de Deputado Estadual, para ocupar um cargo no Executivo Estadual.

- 1958 – Mesa Diretora da Câmara Municipal

No início do mês de janeiro de 1957, ocorreu a eleição para preenchimento dos cargos da Mesa Diretora da Câmara :

Presidente – Elias Dib Neto

Vice presidente – Anur Felipe Gabriel

1º secretário – Fideo Kamada

2º secretário – Nelson Perissinotti

-1958 – Eleições para governador, senador, deputados federais e estaduais

Em outubro de 1958 realizaram-se eleições para diversos níveis :

Para governador e vice foram eleitos Carvalho Pinto e Porfírio da Paz.

Por Taquaritinga concorriam para deputado estadual Dr. Ademar Carvalho Gomes e para deputado federal Dr. Arêa Leão, mas ambos não foram eleitos.

- 1959 – Mesa Diretora da Câmara Municipal

A 2 de janeiro de 1959 realizou-se a eleição para a composição da Mesa Diretora da Câmara Municipal que ficou assim constituída:

Presidente – Elias Dib Neto

Vice presidente – Francisco Parise

1º secretário – Ângelo Golfredo Antonio Piva

2º secretário – Francisco Piacenti

Dr. Pedro Perotti assumiu a prefeitura

A 1º de abril de 1959 o prefeito eleito Dr. Ademar Carvalho Gomes deixou a Prefeitura, transmitindo o cargo ao vice prefeito Dr. Pedro Perotti. Dr. Mazinho, como era conhecido, foi exercer as funções de Chefe de Gabinete do Secretário da Agricultura, em São Paulo.

Eleição para prefeito, vice e vereadores

A 3 de outubro de 1959 realizaram-se eleições. Para prefeito disputavam Dr. Adail Nunes da Silva e o Sr. Ernesto Salvagni. Como companheiros de chapa para vice prefeito participaram Manoel Dante Buscardi e Nelson Perissinotti, respectivamente do Dr. Adail e do Sr. Ernesto.

Saíram vencedores Dr. Adail e Manoel Dante Buscardi.

Vereadores eleitos

Os vereadores eleitos foram: João Aiello, Edgard Jodas Martins, Dr. Avelino Boseli, Dr. Antonio Abramides, Sérgio Pinto Costa, Mauro Previdelli, Fortunato Cavicchioli, Euclides Parise, Dr. Waldemar D´Ambrósio, Pedro Coletti, Wilson Martins Pereira, Sílvio Basso, Atílio Andreggheto, Heitor Carvalho Gomes, Fideo Kamada.

- 1960 – Mesa Diretora da Câmara Municipal

Ficou assim constituída :
Presidente – João Aielo
Vice presidente – Edgard Jodas Martins
1º secretário – Dr. Avelino Boseli
2º secretário – Dr. Antonio Abramides.

Destaques da década de 1960

Pedimos licença ao leitor para nos estendermos nos destaques, nos acontecimentos que ocorreram nos anos 60, visto que foram agitados, renovadores, polêmicos, contestatórios. Em todos os ramos das atividades humanas ocorreram grandes inovações.

No início dos anos 60, o Brasil passava por um processo inflacionário galopante. No plano político, ocorreram greves, paralisações, troca do sistema político – de presidencialista para parlamentarista; em seguida retornando ao presidencialismo; deposição do presidente da República, João Goulart; os militares tomaram o poder, passando a vigorar um sistema de ditadura militar, em 1964.

Na música, foi uma verdadeira revolução, com o movimento “*Bossa Nova*”, com o tropicalismo, com as canções de protesto, desafiando o sistema ditatorial, representando um movimento de contestação ao regime militar, visando a redemocratização do país.

Os militares no poder não chegaram a fechar os Órgãos Legislativos, mas estavam verdadeiramente amordaçados, com as cassações de políticos, suspensão dos direitos políticos, pressões de todos os gêneros.

Nessa década ocorreu a revolução sexual, a corrida espacial, com a conquista da Lua.

Em 1960 foi inaugurada Brasília, a nova Capital Federal, pelo presidente Juscelino Kubitschek.

Nesse ano foram também realizadas eleições presidenciais, sendo eleitos Jânio Quadros e João Goulart. Em janeiro de 1961 Jânio Quadros tomou posse, mas em agosto renunciou. Para contornar a crise política foi instituído o parlamentarismo.

Em 1963, foi realizado o plebiscito que pôs fim ao parlamentarismo, voltando ao regime de governo presidencialista.

Em 1964 é deflagrado o golpe político-militar que afastou João Goulart da presidência da República. A Constituição Federal não era respeitada. O país era governado através de Atos Institucionais. Com o Ato Institucional nº 1, centenas de pessoas tiveram seus direitos políticos suspensos. Em 1965 foi promulgado o Ato Institucional nº 2, que extinguiu os partidos políticos existentes. Em 1966 foram suspensas as eleições para cargos executivos, inclusive deputados e senadores.

Em 1967, o marechal Costa e Silva toma posse como presidente da República. Em 1968 os movimentos de oposição são reprimidos com violência. É baixado o Ato Institucional nº 5, cassando mandatos de parlamentares.

Em 1969, as Forças Armadas escolhem como presidente da República o general Emílio Garrastazu Médici, imprimindo um governo de verdadeiro terror. Em 1970, a oposição ao governo se intensifica com guerrilhas, na cidade, no campo. O regime militar endurece, com prisões, torturas, censuras.

Aqui em Taquaritinga – Mesa Diretora da Câmara

A 1º de janeiro de 1960 realizou-se a eleição para a Mesa Diretora da Câmara Municipal e em seguida o presidente da Mesa Diretora deu posse ao prefeito municipal eleito Dr. Adail Nunes da Silva e o vice Manoel Dante Buscardi.

Hino a Taquaritinga – Lei nº 356, de 1º de julho de 1960

O Hino a Taquaritinga foi composto pelo cônego Lourenço Cavallini, que era o pároco da paróquia de São Sebastião de nossa cidade. Segundo consta, o padre Cavallini compôs essa peça musical a 5 de agosto de 1956 e foi executado pela primeira vez, no dia seguinte, isto é, 6 de agosto, pelo Orfeão do Grupo Escolar “*Domingues da Silva*”, quando da introdução da fotografia do homenageado no recinto daquela escola. Entretanto, o projeto foi apresentado à Câmara Municipal em 1958, pelo então prefeito Dr. Ademar Carvalho Gomes. O projeto só entrou em discussão na sessão da Câmara, em 27-6-1960. Foi aprovado em primeira e segunda discussões, nessa mesma data. Foi oficializado pela Lei nº 356, de 1º de julho de 1960, sancionado pelo prefeito Dr. Adail Nunes da Silva.

Eleições para escolha do presidente e vice presidente da República

Em 3 de outubro de 1960 realizaram-se eleições para presidente e vice presidente da República, saindo vencedores Jânio Quadros e João Goulart. Nessa época, o voto era individual, isto não estava vinculado o nome do candidato a presidente ao de vice presidente. João Goulart não era o candidato a vice apoiado por Jânio Quadros. Em janeiro de 1961, Jânio e Jango tomaram posse, mas Jânio, em agosto de 1961 renunciou. Mas isso veremos oportunamente.

Primeiro título de “*Cidadão Taquaritinguense*”

Pela Resolução nº 33, de 16 de agosto de 1960, a Câmara Municipal concedeu o Título de Cidadão Taquaritinguense ao Sr. José Romanelli, jornalista, funcionário público e historiador emérito.

- 1961 – Eleição da Mesa Diretora

No mês de janeiro ocorreu a escolha dos nomes que compuseram a Mesa Diretora da Câmara Municipal :

Presidente – Dr. Avelino Boselli (PTN, UDN, PR)

Vice presidente – Edgar Jodas Martins

1º secretário – Sérgio Pinto Costa (PDC)

2º secretário – Fideo Kamada – (Frente Popular)

Nessa sessão assumiu o suplente Antonio Walter Micali (Nenê Micali).

A eleição foi disputadíssima. O novo presidente da Câmara era do PTN. A chapa vencedora obteve 8 votos, contra 7 da opositora. Esta estava assim formada:

Presidente – Heitor Carvalho Gomes – UDN

Vice presidente – Dr. Waldemar D’Ambrósio – PSP

1º secretário – Dr. Antonio Abramides – UDN

2º secretário – Mauro Previdelli – PDC

Título de Cidadão Taquaritinguense

Na sessão da Câmara Municipal realizada a 16 de outubro de 1961, o vereador Euclides Parise apresentou projeto de lei, criando o Título de Cidadão Taquaritinguense, que foi transformado em Lei nº 410, de 25 de outubro de 1961 e promulgada pelo Prefeito Municipal, Dr. Adail Nunes da Silva.

Novo presidente da República

No plano político, 1961 foi um ano tumultuado. Com a renúncia de Jânio Quadros ocorrida a 25 de agosto (1961), seguiram-se momentos de tensão, pois os militares não queriam que o vice presidente eleito, João Goulart assumisse a presidência da República. Depois de intensos debates no Parlamento, em Brasília, para contornar o impasse, os parlamentares aprovaram uma emenda à Constituição Brasileira, instituindo o Parlamentarismo. João (Jango) Goulart assumiu a presidência da República no regime parlamentar, enquanto Tancredo Neves foi escolhido para Primeiro Ministro.

- 1962 – Mesa Diretora da Câmara Municipal

Em sessão realizada a 8 de janeiro de 1962, foi eleita a nova Mesa Diretora:
Presidente – Edgard Jodas Martins (PR)
Vice presidente – Sérgio Pinto Costa (PDC)
1º secretário – Fideo Kamada – UDN
2º secretário – Atílio Andreghetto Neto (PTN)

Transmissão do cargo de prefeito municipal

O prefeito Dr. Adail Nunes da Silva era candidato a uma cadeira na Assembléia Legislativa pelo Partido Republicano (PR) e afastou-se do cargo, de acordo com as disposições eleitorais que vigoravam à época. Assumiu a Prefeitura o vice, Sr. Manoel Dante Buscardi. A transmissão do cargo ocorreu a 3 de setembro e as eleições se realizaram a 7 de outubro e já no dia seguinte, 8 de outubro, Dr. Adail reassumiu. Dr. Adail obteve em nossa cidade 2.798 votos que não foram suficientes para elegê-lo.

Eleições para governador, deputados federais e estaduais

A 7 de outubro de 1962 realizaram-se eleições para preenchimento dos cargos acima. Para governador concorreram José Bonifácio Coutinho Nogueira, Ademar de Barros, Jânio Quadros e Cid Franco. Foram eleitos Ademar de Barros e Laudo Natel, governador e vice, respectivamente. Para deputado estadual por Taquaritinga disputavam dois candidatos: Dr. Adail Nunes da Silva e Dr. Ademar Carvalho Gomes. Ambos não foram eleitos.

- 1963 – Eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal

A 7 de janeiro de 1963 realizou-se sessão na Câmara Municipal, ocasião em que procedeu-se a eleição da Mesa Diretora:
Presidente – Fideo Kamada (UDN)
Vice presidente – Dr. Avelino Boseli (PTN)
1º secretário – Sérgio Pinto Costa (PDC)
2º secretário – Mauro Previdelli (PDC)

Eleições para escolha de prefeito, vice e vereadores

No campo político, o ano de 1963 foi de lutas e de acirrada campanha para a escolha do novo prefeito, vice e dos vereadores que iriam compor o Legislativo.

Duas alas políticas estavam disputando: a que apoiava o candidato Dr. Waldemar D'Ambrósio; a outra ala a que apoiava Paschoal Patti Sobrinho.

A 6 de outubro de 1963 realizaram-se as eleições. O resultado das urnas foi o seguinte: Dr. Waldemar D'Ambrósio – obteve 3.296 votos;

Paschoal Patti Sobrinho – obteve 3.174 votos

A diferença entre os dois candidatos foi de apenas 122 votos.

Vice prefeito

O candidato a vice prefeito eleito foi Dr. Horácio Ramalho, que obteve 3.464 votos; O outro candidato foi Euclides Parise que obteve 2.898 votos.

Vereadores eleitos

A Câmara Municipal era composta por 15 vereadores. Os eleitos foram:

Ângelo Golfredo Antonio Piva, José Claudine Bassoli, Hiroharu Kamada, Francisco Piacenti, Anur Felipe Gabriel, Antonio Walter Micali (Nenê Micali), Oswaldo Anselmo, João Aiello, Fideo Kamada, Antonio Ordine, Dr. Adail Nunes da Silva, Edgard Jodas Martins, Aniz Antonio Dib, Ermildo Tiosso, Langley Ponzio.

Dos vereadores que compunham a Câmara anterior (empossada em 1959), apenas 3 vereadores se reelegeram: João Aiello, Fideo Kamada e Edgard Jodas Martins. Os outros 12 vereadores eram todos novos. Portanto ocorreu uma renovação da ordem de 80% na composição da Câmara.

- 1964 – Eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal

A 1º de janeiro de 1964, em sessão realizada no salão de festas do Clube Imperial, realizou-se a eleição da Mesa Diretora, que ficou assim constituída:

Presidente – Dr. Adail Nunes da Silva (ex prefeito municipal)

Vice presidente – Anur Felipe Gabriel

1º secretário – Ângelo Golfredo Antonio Piva

2º secretário - Edgard Jodas Martins

- 1964 – Presidente João Goulart é deposto

O ano de 1964 foi extremamente conturbado. O país se defrontava com processo inflacionário galopante; crises políticas, tudo isso somado, levou o país a um golpe militar, que depôs o presidente da República, João Goulart a 31 de março de 1964.

Na madrugada de 2 de abril, o deputado federal, presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, foi declarado e empossado no cargo de presidente da República.

Novo presidente da República

Em sessão do Congresso Nacional realizada a 11 de abril foi eleito presidente da República o marechal Humberto Alencar de Castelo Branco.

Embora o golpe militar destituiu o presidente da República, mas quanto aos Órgãos Legislativos estes permaneceram em funcionamento, embora com suas funções cerceadas.

- 1965 – Eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal

Em sessão realizada a 4 de março de 1965, ocorreu a eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal que ficou assim constituída:

Presidente – Ângelo Golfredo Antonio Piva

Vice presidente – Anur Felipe Gabriel

1º secretário – Edgard Jodas Martins

2º secretário – Antonio Walter Micali

Foi uma escolha disputada. A chapa vencedora foi eleita por 8 votos enquanto a outra chapa de oposição obteve 7 votos. A chapa de oposição estava assim composta:

Presidente – Ermildo Tiosso

Vice presidente – João Aiello

1º secretário – Oswaldo Anselmo

2º secretário – Antonio Órdine

Partidos políticos dissolvidos – ARENA e MDB

Estávamos em pleno regime militar. Os partidos políticos foram dissolvidos. As autoridades militares determinaram que fossem organizados apenas dois partidos. Os adeptos do governo militar se aglutinaram num partido conhecido pela sigla ARENA – cujo nome oficial era

Aliança Renovadora Nacional. Já a oposição se uniu através do MDB – Movimento Democrático Brasileiro.

Em dezembro de 1965, esses dois partidos estavam sendo organizados.

- 1966 – Mesa Diretora da Câmara Municipal

A 6 de janeiro de 1966 realizou-se a eleição da Mesa Diretora da Câmara:

Presidente – Edgar Jodas Martins

Vice presidente – Ermildo Tiosso

1º secretário – Dr. José Claudine Bassoli

2º secretário – Oswaldo Anselmo

Governador Ademar de Barros - Cassação

Estávamos em pleno regime militar. As cassações dos direitos políticos de cidadãos se sucediam. Em junho de 1966 ocorreu a cassação dos direitos políticos de Ademar de Barros, que era o governador do Estado de São Paulo. Assumiu o vice, Laudo Natel.

Eleições de deputados federais, estaduais e senadores

Embora o regime militar estivesse em franca atividade, mas para manter a aparência de que estávamos num regime democrático, os Órgãos Legislativos não foram fechados. Em novembro de 1966 realizaram-se eleições para a escolha de deputados estaduais, federais e senadores.

- 1967 – Mesa Diretora da Câmara Municipal

Em 30 de janeiro os vereadores elegeram a nova Mesa Diretora:

Presidente – Ângelo Golfredo Antonio Piva

Vice presidente – Anur Felipe Gabriel

1º secretário – Ermildo Tiosso

2º secretário – Dr. José Claudine Bassoli

Abreu Sodré governador do Estado

Estávamos em pleno regime ditatorial militar. O Governo Militar havia dissolvido os partidos políticos e permitiu a organização de apenas dois partidos: o que apoiava o governo, denominado ARENA – Aliança Renovadora Nacional – e o partido de oposição denominado Movimento Democrático Brasileiro – MDB.

Em junho de 1966, o partido governista – ARENA – escolheu o candidato ao governo do Estado. Foi escolhido Abreu Sodré que foi referendado pela Assembléia Legislativa. Sodré assumiu a 31 de janeiro de 1967.

Museu Municipal de Taquaritinga

Foi criado pela Lei nº 836, de 2 de agosto de 1967. Entretanto, a implantação efetiva do Museu só veio a ocorrer em 2008. A inauguração ocorreu a 17 de maio de 2008.

Costa e Silva – novo presidente

A 15 de março de 1967 tomava posse o novo presidente da República, marechal Arthur da Costa e Silva.

Prédio da Câmara Municipal

Em setembro de 1967 foi aprovada pela Edilidade a desapropriação do imóvel localizado na esquina formada pela Praça Dr. Horácio Ramalho e Rua Rui Barbosa, para nesse local ser construído o prédio da Câmara Municipal. O antigo prédio pertencia a D. Amélia Pagliaruli e herdeiros.

- 1968 - Mesa Diretora da Câmara Municipal

A 19 de janeiro de 1968 os vereadores elegeram a Mesa da Câmara Municipal que ficou assim constituída :

Presidente – Ângelo Golfredo Antonio Piva

Vice presidente – Anur Felipe Gabriel

1º secretário – Ermildo Tioso

Eleições municipais de 1968

Dois partidos disputavam as eleições para o Executivo e o Legislativo Municipais: ARENA e MDB. O sistema eleitoral, embora adotou o bipartidarismo, mas permitia que os partidos adotassem sublegendas e nas eleições majoritárias os votos atribuídos a essas sublegendas se somavam para efeito de apuração do resultado. Pela ARENA foram dois candidatos, em sublegenda: Dr. Célio Pastore e Paschoal Patti Sobrinho.

Pelo MDB, concorria apenas Dr. Adail Nunes da Silva. Não adotou o sistema da sublegenda.

As eleições se realizaram a 15 de novembro de 1968.

Os candidatos da Arena, somados obtiveram o seguinte resultado :

- Dr. Célio Pastore 2.081 votos
- Paschoal Patti Sobrinho . . . 1.300 votos
- Total 3.381 votos

O candidato do MDB, Dr. Adail, obteve sozinho 5.060 votos (59%), elegendo-se prefeito. Portanto, o candidato da oposição venceu as eleições.

Vereadores à Câmara Municipal

À época a Câmara Municipal era formada por 11 vereadores.

O MDB obteve maioria de votos, num total de 4.785, contra a Arena que obteve 3.423 votos.

Os vereadores eleitos foram:

Pelo MDB – Edgard Jodas Martins, Euclides Parise, Nelson Perissinotti, Orlando Stracine, Atilio Andregheto, Antenor Milanezi.

Pela Arena – José Carlos Sobral, Anur Felipe Gabriel, José Claudine Bassoli, Ângelo Golfredo Antonio Piva e Ermildo Tiosso.

Portanto, O MDB elegeu o prefeito e obteve maioria na Câmara, elegendo 6 vereadores contra 5 da Arena.

A 1º de fevereiro (1969) os vereadores tomaram posse na Câmara Municipal e Dr. Adail Nunes da Silva assumiu a prefeitura.

Eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal

A expectativa era sobre como seria formada a Mesa Diretora da Câmara Municipal, já que o MDB vencera as eleições realizadas a 15 de novembro de 1968. A expectativa maior pairava sobre se o escolhido para a presidência do Legislativo Municipal seria o vereador mais votado – Edgar Jodas Martins, com 802 votos ou outro vereador.

Foi escolhido o indicado pelo prefeito, o vereador Euclides Parise, ficando a Mesa Diretora assim composta :

Presidente – Euclides Parise

Vice presidente – Nelson Perissinotti

1º secretário – Edegard Jodas Martins

2º secretário – Atílio Andregheto Neto

Todos que compunham a Mesa Diretora pertenciam ao MDB.

Novo presidente da República – general Emilio Garrastazu Medici

Em 1969 estávamos em pleno regime militar ditatorial. Ocupava o cargo de presidente da República o marechal Arthur da Costa e Silva. Porém, nos últimos dias do mês de agosto (1969) o presidente foi vítima de um problema sério de doença que resultou no seu afastamento pelos Chefes das Forças Armadas. Os ministros militares assumiram o Governo. A Junta Militar era composta pelos Ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Em outubro de 1969, o Alto Comando Militar escolheu o novo presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici.

Década dos anos 70

Estávamos em pleno regime de ditadura militar. A oposição ao Governo Central se intensificava com ações de guerrilhas na cidade e no campo. O regime militar endurece e intensifica as suas ações, com prisões, torturas e censura aos órgãos de imprensa.

- 1970 – Mesa Diretora da Câmara Municipal

Ficou assim formada:

Presidente – Edgard Jodas Martins

Vice presidente – Antenor Milanezi

1º secretário – Nelson Perissinotti

2º secretário – Orlando Stracine

Galeria dos presidentes da Câmara Municipal

A 15 de setembro de 1970 era inaugurada a galeria de fotos dos presidentes da Entidade.

- 1971 – Mesa Diretora da Câmara Municipal – (1971 – 1972)

Em sessão realizada a 1º de fevereiro de 1971 foi escolhida a Mesa Diretora da Câmara Municipal a saber:

Presidente – Dr. José Claudine Bassoli

Vice presidente – Anur Felipe Gabriel

1º secretário – Orlando Stracine

2º secretário – Atilio Andregheto

O presidente e o vice eram membros do partido ARENA; já o 1º e 2º secretários pertenciam ao MDB. Verifica-se que foi feita uma composição.

Praça Cubatão

No final da década de 60 e início da de 70, havia um estreito relacionamento entre Taquaritinga e a cidade de Cubatão, no litoral paulista. Esse bom relacionamento deveu-se à atuação do taquaritinguense, radialista Orlando Curti que ocupava um cargo de direção na secretaria da Câmara Municipal daquela cidade. Esse bom relacionamento foi selado pelas duas cidades, cada uma dando o nome de sua homenageada a uma praça pública.

Nas festividades do aniversário de nossa cidade, em agosto de 1971, aqui compareceram vereadores, jornalistas e autoridades da cidade de Cubatão, oportunidade em que

foi inaugurado solenemente o marco da Praça Cubatão que se localiza entre a Vila Sargi e o bairro Talavasso. Na cidade de Cubatão também existe uma praça, homenageando a nossa cidade – Praça Taquaritinga.

- 1972 – Taquaritinga passava a ter 13 vereadores

O Tribunal Regional Eleitoral, através da Circular nº 9/72, comunicava que o número de vereadores de nosso município passava de 11 para 13 vereadores

Dr. Waldemar D´Ambrósio eleito prefeito

Em outubro de 1972 realizaram-se eleições para a escolha do prefeito, vice e vereadores.

Dr. Waldemar D´Ambrósio tinha como vice o Sr. Ermildo Tiosso. O outro candidato foi Dr. Pedro Perotti, tendo como seu vice o tenente Valdívio Gonçalves de Almeida.

Dr. Waldemar e Ermildo foram eleitos.

Vereadores eleitos

À época havia apenas dois partidos: Arena e MDB. Era permitido aos partidos apresentarem sublegendas; ex. Arena 1 e Arena 2. Os votos das sublegendas eram somados, uma vez que a soma geral era considerado um único partido, a Arena.

A Arena 1 elegeu 10 vereadores, enquanto a Arena 2 elegeu apenas 1. A oposição, isto é, o MDB elegeu apenas 2 vereadores.

Os vereadores eleitos para a Legislatura 1973, 1974, 1975 e 1976 foram:

Pela Arena – Sérgio Salvagni, José Claudine Bassoli, Aniz Antonio Dib, Euclides Parise, Anur Felipe Gabriel, Deolindo Dantas, Jair Fontanelli, Nelson Sargi, José Walter Micali, Itaru Ogata, Gabriel Teixeira de Paulo Neto (suplente).

Pelo MDB – Genaro Ordine e Edgard Jodas Martins

- 1973 – Mesa Diretora da Câmara Municipal (1973 e 1974)

Ficou assim constituída:

Presidente – Euclides Parise

Vice presidente – Aniz Antonio Dib

1º secretário – Deolindo Dantas

2º secretário – Gabriel Teixeira de Paula Neto

O vice presidente vereador Aniz Antonio Dib assumiu a presidência no ano de 1974.

General Ernesto Geisel – novo presidente

O Colégio Eleitoral homologou a 15 de janeiro de 1974 a escolha do general Ernesto Geisel para o cargo de presidente da República, que disputou pela Arena.

Pela oposição, isto é, pelo MDB disputaram Ulisses Guimarães e o jornalista Barbosa Lima Sobrinho.

Eleito Paulo Egidio governador do Estado

Em sessão de 3 de outubro de 1974, a Assembléia Legislativa de São Paulo elegeu Paulo Egidio para governador do Estado para o quadriênio, a partir de 1975.

- 1975 – Mesa Diretora da Câmara Municipal – (1975 – 1976)

Presidente – Dr. José Claudine Bassoli

Vice presidente – Nelson Sargi

1º secretário – Euclides Parise

2º secretário – Jair Fontanelli

Em 1976, assumiu a presidência o vereador Nelson Sargi e a vice presidência ficou com o vereador Dr. José Claudine Bassoli

- 1976 - Sérgio Salvagni eleito prefeito municipal

Em outubro de 1976 realizaram-se eleições para o Executivo e Legislativo Municipais.

Havia apenas dois partidos políticos: Arena e MDB. Os partidos podiam ter sublegendas: Arena 1 e Arena 2; MDB 1 e MDB 2.

O prefeito eleito naquele ano de 1976 foi o candidato da Arena 2, Sérgio Salvagni que obteve 3.858 votos. Manoel Dante Buscardi, candidato da Arena 1 obteve 3053 votos.

O curioso é que pelo MDB, Dr. Adail Nunes da Silva, mesmo recebendo maior número de votos (5.361 votos) não se elegeu, visto que foi prejudicado pelo fraco desempenho do outro candidato do MDB Orlando Stracine, que obteve apenas 374 votos.

Na soma das sublegendas venceu a Arena com 6.911 votos, contra 5.735 do MDB.

Vereadores eleitos – (Legislatura 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982)

Pelos votos de legenda (Arena 1 e Arena 2; MDB 1 e MDB 2) a Câmara ficou composta de 8 vereadores da Arena e 5 do MDB, a saber:

Arena – Dr. José Claudinê Bassoli, Anur Felipe Gabriel, José Fucci, Antonio Sebastião Miguel, Mário Mársico, Matheus Beringhs Rodrigues, Hamilton Roberto Aiello, Ângelo Celso Sargi.

MDB – Genaro Ordine, Jethro Fredericfo Lui, Atílio Andreghetto, Antenor Milanezi, Alberto Pereira.

- 1977 – Empossados prefeito, vice e vereadores eleitos

A 1º de fevereiro de 1977 foram empossados os eleitos. A sessão solene da Câmara Municipal foi realizada no salão de festas do Clube Imperial, presidida pelo vereador mais votado Dr. José Claudine Bassoli. Em seguida foi dada posse ao prefeito e vice, respectivamente Sérgio Salvagni e Deolindo Dantas.

Mesa Diretora da Câmara Municipal (1977 – 1978)

Nessa mesma sessão (1º de fevereiro de 1977) foram empossados os vereadores e eleita a Mesa Diretora da Câmara Municipal, que ficou assim constituída :

Presidente – Dr. Matheus Beringhs Rodrigues (Arena)

Vice presidente - Genaro Órdine (MDB)

1º secretário – Dr. José Fucci (Arena)

2º secretário – Antenor Milanezi (MDB)

Como se observa, houve uma composição: os cargos de presidente e 1º secretário foram preenchidos por vereadores da Arena; enquanto a vice presidência e a 2º secretaria, pelo MDB.

Inauguração simbólica do prédio da Câmara

Na administração do prefeito Dr. Waldemar D'Ambrósio foi adquirido o terreno onde foi construído o prédio da Câmara Municipal. Porém, o mandato do prefeito Dr. Waldemar se encerraria a 31 de janeiro (1977), pois a 1º de fevereiro assumiria o novo prefeito, Sérgio Salvagni. Numa homenagem ao prefeito que estava saindo, resolveram fazer uma inauguração simbólica do prédio, que ocorreu ao apagar das luzes do mandato, ou seja, a 31 de janeiro de 1977.

Ao ser inaugurado, o prédio foi batizado com o nome de *José Camilo de Camargo*” uma homenagem àquele que foi o primeiro presidente da Câmara, lá pelos idos de 1892.

A inauguração efetiva se deu por ocasião dos festejos comemorativos do 85º aniversário de emancipação político-administrativa de nosso município, que ocorreu a 16 de agosto de 1977.

- 1979 – Mesa Diretora da Câmara Municipal (1979 – 1980)

Presidente – Dr. José Claudine Bassoli

Vice presidente – Jethro Frederico Lui

1º secretário – Antonio Sebastião Miguel

2º secretário – Dr. José Fucci

Os demais vereadores eram: Anur Felipe Gabriel, Alberto Pereira, Ângelo Celso Sargi, Antenor Milanezi, Atílio Andreggheto, Hamilton Roberto Aiello, Genaro Órdine, Dr. Matheus Beringhs Rodrigues, Mário Mársico.

- 1981 – Mesa Diretora da Câmara Municipal (1981 – 1982)

Presidente – Dr. José Fucci

Vice presidente – Genaro Ordine

1º secretário – Hamilton Roberto Aiello

2º secretário – Antenor Milanezi

- 1982 – Eleição para prefeito e vice prefeito

Ocorreu em outubro de 1982 eleição para a escolha de prefeito e vice. Foram eleitos respectivamente Dr. Adail Nunes da Silva e Dr. Horácio Ramalho

- 1982 – Eleição para vereadores

Em outubro de 1982 realizaram-se eleições para preenchimentos dos cargos de vereadores. Corresponhia à 9ª Legislatura, que se estendeu pelos anos de 1983, 1984, 1985, 1986, 1987 e 1988.

Os vereadores eleitos foram

Akio Nakashima, Dr. Álvaro Guilherme Seródio Lopes, Dr. Antonio Carlos (Tato) Nunes da Silva, Ângelo Celso Sargi, Antonio Carlos (Tarzan) Arruda de Paula Eduardo, Dr. César Augusto Pinheiro, Dorival Micali, Estevam Scholobach Salvagni, Francisco Argento, Dr. Fued Simão, profª Marilda Arlete Bertaco Peria, Sérgio Aparecido Longhitano, Genaro Órdine e como suplentes Alberto Pereira e professor Fernando Gilberto Orrico.

Nessa Legislatura, foi eleita a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Câmara Municipal de nossa cidade: a professora Marilda Arlete Bertaco Peria.

- 1983- Mesa Diretora da Câmara Municipal - (1983 – 1984)

Presidente – César Augusto Pinheiro

Vice presidente – Antonio Carlos Arruda de Paula Eduardo

1º secretário – Dr. Álvaro Guilherme Seródio Lopes

2º secretário – Sérgio Aparecido Longhitano

- 1985 – Mesa Diretora da Câmara Municipal (1985 – 1986)

Ficou assim constituída :

Presidente – Dr. Fued Simão

Vice presidente – Dr. Álvaro Guilherme Seródio Lopes

1º secretário – professora Marilda Arlete Bertaco Peria

2º secretário – Francisco Argento

- 1987 – Mesa Diretora da Câmara Municipal – 1987 – 1988)

Presidente – Dr. Antonio Carlos (Tato) Nunes da Silva

Vice presidente – Genaro Órdine

1º secretário – Antonio Carlos Arruda de Paula Eduardo (Tarzan)

2º secretário – professor Fernando Gilberto Orrico

A 7 de agosto de 1987 assumiu a presidência o vereador Genaro Órdine, que era o vice presidente, visto que o presidente da Câmara Dr. Antonio Carlos Nunes da Silva assumiu a Prefeitura, como veremos abaixo.

- 8 prefeitos em menos de 7 anos

Fato inédito ocorreu em nosso município. A 14 de maio de 1982 o então prefeito Sérgio Salvagni renunciou ao cargo de prefeito para concorrer a uma cadeira de deputado estadual, para a Assembléia Legislativa. Assumiu o vice prefeito Deolindo Dantas, que completou o mandato até 1º de fevereiro de 1983. Nessa data, assumiu a prefeitura Dr. Adail Nunes da Silva que fora eleito para um mandato de 4 anos, nas eleições de outubro de 1982. Entretanto, vítima de enfisema pulmonar, Dr. Adail veio a falecer a 19 de novembro de 1986. Dr. Horácio, que era o vice prefeito, não assumiu naquele momento por motivo de saúde. Assumiu a prefeitura o advogado Dr. Sidnei Sudano, na qualidade de Procurador Jurídico do Município, permanecendo no cargo até 24 de novembro de 1986, quando entregou o posto para o vice prefeito, Dr. Horácio Ramalho. Este, vítima de um derrame cerebral, veio a falecer a 4 de julho de 1987. Com o falecimento do Dr. Horácio, assumiu pela segunda vez o Dr. Sidnei Sudano, até que a Câmara Municipal declarasse vago o cargo de prefeito, que ocorreu a 6 de julho de 1987. Declarado vago o cargo, assumiu a prefeitura o Dr. Antonio Carlos (Tato) Nunes da Silva, que era o presidente da Câmara Municipal que completou o mandato até 1º de janeiro de 1989, quando assumiu Milton Nadir, por um mandato de 4 anos.

Foram momentos difíceis, mas a população, resignada, aceitou e superou esse trauma e, politicamente, o bom senso prevaleceu entre os líderes políticos quando os opositoristas se uniram aos situacionistas, dando total apoio aos prefeitos que assumiram.

Mas, as fatalidades envolvendo os políticos de nossa cidade não pararam por aí e atingiram a Câmara Municipal pois, num curto espaço de tempo, três vereadores se despediram deste mundo: César Augusto Pinheiro, Akio Nakashima e Estevam Salvagni.

- 1988 – Eleições para prefeito, vice e vereadores

Em outubro de 1988 realizaram-se eleições para os níveis acima. Milton Arruda de Paula Eduardo (Milton Nadir) foi eleito e assumiu a 1º de janeiro de 1989 a 1º de janeiro de 1993.

Vereadores eleitos para a Legislatura 1989, 1990, 1991, 1992

Nessa Legislatura a Câmara era composta de 17 vereadores. Foram eleitos os seguintes vereadores: Dr. Chiguelo Kamada, professora Widad Eid Gomes da Silva, Genaro Órdine, Dr. Edner Antonio Sendão Accorsi, professor Antonio Fernando Almeida Curti, Mário Mársico, Antonio Carlos Arruda de Paula Eduardo, José Carlos Di Pietro, Jamil José Bussadori, Gilberto Junqueira, Dr. Isidoro Pedro Avi, Horgel Famelli, Wilson Abdala Mansur Zaquia, José Maurício Scardoeli, Oswaldo Anselmo, Aparecido Bueno da Silva, Sérgio Aparecido Longhitano.

- 1989 - Mesa Diretora da Câmara Municipal – (1989 – 1990)

Presidente – Wilson Abdala Mansur Zaquia

Vice presidente – professora Widad Eid Gomes da Silva

1º secretário – Dr. Chiguelo Kamada

2º secretário – Oswaldo Anselmo

- 1991 – Mesa Diretora da Câmara Municipal – (1991 – 1992)

Presidente – Dr. Chiguelo Kamada

Vice presidente – Mário Mársico

1º secretário – profª Widad Eid Gomes da Silva

2º secretário – José Carlos Di Pietro

- 1992 – Ano eleitoral

O ano de 1992, politicamente, foi conturbado, principalmente, no plano político com os escândalos que levaram o presidente da República, Fernando Collor de Melo, à renúncia do

cargo ou “*impeachment*”. O Senado Federal o tornou inelegível por oito anos, após ter sido lida a sua renúncia à presidência da República.

Aqui em Taquaritinga, foi um ano eleitoral: eleições para a escolha do prefeito, vice e vereadores à Câmara Municipal.

Em setembro, iniciaram-se os comícios dos partidos, com a apresentação dos candidatos.

No dia 8 de setembro realizou-se um comício na Vila São Sebastião, onde grupos políticos se defrontaram, com agressões e um tumulto generalizado.

O Juiz Eleitoral, Dr. Ricardo da Cunha Chimenti, percebendo que o clima político era tenso, convocou a imprensa, os candidatos e os principais líderes políticos, alertando-os que não permitiria que novos incidentes viessem a ocorrer. Um acordo foi selado entre as coligações Frente Popular (Tato Nunes) e União por Taquaritinga (Sérgio Salvagni), sendo estes os principais itens a serem observados :

- os candidatos desistiram de todos os direitos de resposta que haviam impetrado perante a Justiça Eleitoral ;

- os candidatos se comprometeram a utilizar a propaganda eleitoral para expor propostas de governo, sem ataques pessoais ;

- as fitas das propagandas a serem veiculadas pelo rádio deveriam ser entregues com certa antecedência ;

- não seriam toleradas pichações, bem como qualquer tipo de depredação contra as propagandas políticas alheias ;

- os candidatos repudiaram a veiculação de manifestos e panfletos não assinados ;

- os candidatos se comprometeram a não utilizarem qualquer tipo de vantagem (dinheiro, óculos, dentaduras, aluguéis, pagamento de contas diversas, remédios, alimentos, emprego, botijões de gás, cestas básicas, etc.);

- o prefeito municipal Milton Nadir se comprometeu a não permitir o uso da máquina administrativa para fins eleitorais;

- os candidatos foram alertados sobre a não utilização da “*boca de urna*” no dia das eleições.

Após essas medidas, a campanha política e as eleições transcorreram sem qualquer incidente.

Os candidatos

Concorreram ao pleito: Dr. Antonio Carlos (Tato) Nunes da Silva e Sérgio Salvagni, tendo como vices Dr. Fued Simão e Adauto Scardoeli, respectivamente.

Foi uma disputa acirrada. A coligação Frente Popular obteve 10.603 votos, enquanto a coligação União Por Taquaritinga, 10.209 votos. Portanto, saiu vencedora a chapa encabeçada por Tato Nunes, tendo como vice Dr. Fued Simão.

Vereadores eleitos

A Câmara era composta de 17 vereadores. Foram eleitos os seguintes vereadores: Dr. Luiz Carlos Pires Gabriel (PT), o mais bem votado com 811 votos. Dr. Luiz Carlos tinha sua principal base eleitoral no Distrito de Jurupema. Os demais foram: Jamil José Bussadori, Izildo Aparecido (Pelé) Rocha, Antonio Roberto (Tcheco) Ferreira, Dr. Célio Pastore, Gilberto Junqueira, Dr. Waldemar D'Ambrósio, João Orrico Filho, José Antonio dos Santos, Dr. Amarildo Luiz (Piconzé) Rocha, prof^a Célia Regina Gabriel, prof^a Widad Eid Gomes da Silva, Cláudio Tadeu R. (Tadinho) Sobral, prof^o Antonio Fernando de Almeida (Ico) Curti, prof^a Neide Ramos Salvagni, Wilson Abdala Mansur Zaquia e Dimer Augusto (Dinda) Troiano.

O destaque da composição da Câmara – três mulheres faziam parte; três professoras: Célia Regina Gabriel, Widad Eid Gomes da Silva e Neide Ramos Salvagni.

- 1993 – Posse dos vereadores, prefeito e vice prefeito

Câmara Municipal – Legislatura 1993, 1994, 1995 e 1996

A 1º de janeiro de 1993 tomaram posse o prefeito Tato Nunes, o vice Dr. Fued Simão e os vereadores, todos eleitos em outubro de 1992.

Mesa Diretora da Câmara Municipal – (1993 – 1994)

Presidente – Wilson Abdala Mansur Zaquia

Vice presidente - prof^a Widad Eid Gomes da Silva

1º secretário – Cláudio Tadeu (Tadinho) Rosário Sobral

2º secretário – prof^a Célia Regina Pereira de Souza Gabriel

Mandatos do prefeito e do vice prefeito cassados

A 15 de julho (1993) a cidade, principalmente, os meios políticos, foi surpreendida com a notícia que o Juiz Eleitoral Dr. Ricardo Cunha Chimenti cassara os mandatos do prefeito Dr. Antonio Carlos (Tato) Nunes da Silva e do vice, Dr. Fued Simão.

A decisão foi em decorrência de uma ação impetrada pela coligação “União por Taquaritinga”, que denunciara supostas irregularidades durante a campanha eleitoral. Tato e Dr. Fued recorreram ao Tribunal Regional Eleitoral que anulou a sentença de Primeira Instância.

Vereador cassado

Na mesma época o Juiz Eleitoral cassou o mandato do vereador Dr. Antonio Roberto Aparecido Ferreira (Tcheco), por violação da Lei Eleitoral, fornecendo bens materiais (produtos odontológicos – dentaduras) a eleitores, sob promessa de votos.

Com a cassação do vereador Tcheco assumiu o primeiro suplente do PSD, Aparecido Bueno da Silva, mais conhecido por Cidinho Pirina.

- 1994 - Eleições para presidente da República, vice, governador, deputados federais e estaduais e senadores

Em outubro (1994) realizaram-se eleições em diversos níveis.

Para presidente da República concorreram Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Enéas, Orestes Quércia, Esperidião Amim, Leonel Brizola.

Para governador do Estado concorreram Mário Covas, José Dirceu, Francisco Rossi, Barros Munhoz, Antonio Medeiros e Ciro Moura.

Os vencedores foram: Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas, respectivamente, presidente da República e governador do Estado.

Para senadores foram eleitos Romeu Tuma e José Serra.

Para Deputado Estadual, Dr. Dimas Ramalho obteve aqui em Taquaritinga 15.168 votos. Recebeu a maior votação da história da cidade, elegendo-se deputado estadual com 69.202 votos.

- 1995 – Mesa Diretora da Câmara Municipal – (1995 – 1996)

Presidente – profª Widad Eid Gomes da Silva
Vice presidente – profª Neide Ramos Salvagni
1º secretário – Dr. Waldemar D´Ambrósio
2º secretário – Dimer Augusto Troiano (Dinda)

Vereador Wilson Abdala Mansur Zaquia

Foi acusado pela Promotoria Pública de promover a venda de lotes de terrenos não devidamente legalizados, em terreno de sua propriedade, em 1991, isto é, promoveu loteamento sem o devido registro no Cartório de Registro de Imóveis. O vereador foi condenado em Primeira Instância pelo Juízo Eleitoral da Comarca, Dr. Thomaz Carvalhaes Ferreira, que sentenciou a cassação e a perda dos direitos políticos do vereador. Essa tese foi combatida pelo vereador, sob o argumento de que a competência de cassar ou não seu mandato era da Câmara Municipal. Wilson Abdala recorreu, mas a teve seu recurso indeferido pelo Tribunal Eleitoral de São Paulo. A Câmara Municipal foi comunicada da sentença condenatória imposta ao vereador. Em sessão realizada a 20 de outubro de 1995, a Câmara Municipal votou pelo arquivamento do processo contra o vereador mas, em seguida, em sessão extraordinária realizada a 15 de dezembro de 1995 deu posse ao suplente Chiguelo Kamada, em cumprimento à decisão judicial.

Em março de 1996, uma liminar obtida junto ao Supremo Tribunal Federal, em Brasília, permitiu o retorno do vereador Wilson Abdala à Câmara Municipal.

Eleições para prefeito, vice e vereadores

Em 1996 estavam previstas eleições para prefeito, vice e vereadores. Já no início do ano, os partidos se movimentavam para a escolha dos candidatos e as respectivas coligações. O PMDB homologou, em convenção, o nome de Milton Nadir como candidato a prefeito. Na mesma convenção, apesar da reação contrária de muitos peemedebistas históricos, os convencionais aprovaram a coligação com o PT (Partido dos Trabalhadores), que indicou o médico e vereador Dr. Luiz Carlos Pires Gabriel, como candidato a vice. Nas eleições realizadas em outubro de 1992, Dr. Luiz Carlos foi eleito vereador, sendo o edil mais bem votado.

Também durante o mês de junho (1996), foi oficializada a candidatura de Sérgio Salvagni, pelo PSDB, tendo como companheiro de chapa Dr. Waldemar D´Ambrósio (PPB).

A 3 de outubro de 1996 realizaram-se as eleições. Depois de 14 anos, Sérgio Salvagni retornou à Chefia do Executivo Municipal, que obteve 14.214 votos, contra 11.585 do candidato Milton Nadir.

Vereadores eleitos – 12ª Legislatura – 1997, 1998, 1999, 2000

De acordo com a Lei Orgânica do Município, a sessão foi presidida pelo vereador Dr. Amarildo Luiz Rocha (Piconzé), o mais votado na eleição realizada a 3 de outubro de 1996.

Os 17 vereadores eleitos foram os seguintes: Dr. Amarildo Luiz Rocha (Piconzé), Dr. Fued Simão, Dr. Antonio Carlos Dib Jorge, Gilberto Junqueira, Chiguelo Kamada, Wilson Abdala Mansur Zaquia, Dr. Edner Antonio Sendão Accorsi, João Orrico Filho, Aparecido Carlos Gonçalves (Cido Bolívar), profª Widad Eid Gomes da Silva, Jamil José Bussadori, Dimer Augusto Troiano, José Antonio dos Santos, Antonio Roberto Scudeiro, Ângelo Bartolomeu (Angelim Barbeiro), Aparecido Bueno da Silva, Valdovir Luiz Bussadori (Nenê Bussadori).

Dos 17 vereadores eleitos, 9 deles retornaram para a Legislatura 1997 – 2000. Os estreantes foram: Dr. Dib, Aparecido (Cido Bolivar), Antonio Roberto Scudeiro, Ângelo Bartolomeu, Valdovir (Nenê Bussadori). Três outros vereadores já haviam passado pelo Legislativo em períodos anteriores – Dr. Fued Simão, Chiguelo Kamada, Dr. Edner Accorsi.

Vários dos candidatos considerados favoritos acabaram ficando de fora. Mesmo tendo alcançado expressivas votações, os vereadores “Pelé” Rocha (418 votos) e Dr. Célio Pastore (371 votos) que formavam a bancada do PPB não conseguiram a reeleição. O PT (Partido dos Trabalhadores) não atingiu o quociente eleitoral mínimo que foi de 1.500 votos. O PT não elegeu nenhum vereador ; depois de 8 anos com dois vereadores no Legislativo, ficou sem qualquer representação na Câmara.

Outra curiosidade: dois irmãos se elegeram vereadores: Jamil Bussadori e Valdovir (Nenê Bussadori).

Durante toda a Legislatura, ocorreram inúmeras alterações na composição da Câmara. O vereador José Antonio dos Santos teve seus Direitos Políticos cassados. Luiz Ronaldo Bardaul assumiu a vaga deixada pelo vereador Jamil Bussadori para tratamento de

saúde. Rosendo Manoel Utrera Martinez assumiu a vaga deixada pelo vereador Dr. Edner Accorsi que teve seus direitos políticos suspensos por 4 meses. José Pariz Hernandez assumiu a vaga deixada pelo vereador Wilson Abdala para tratamento de saúde. Luiz Carlos Negri assumiu a vaga deixada pelo vereador Aparecido Bueno da Silva para tratamento de saúde. Carlos Alberto Stracine assumiu a vaga deixada pelo vereador Dr. Fued Simão para tratamento de saúde. Rosa Faride Hudari Bossolane (PMDB) assumiu pelo motivo da cassação do vereador José Antonio dos Santos (PMDB).

- 1997 – Posse do prefeito, vice e vereadores

Sérgio Salvagni e Dr. Waldemar D´Ambrósio assumiram a prefeitura a 1º de janeiro de 1997, para um mandato de 4 anos (1997 a 2000). Sérgio Salvagni voltou após 14 anos ter deixado o cargo, já que havia governado o município de 1977 a 1983. Deixava o governo municipal Dr. Antonio Carlos (Tato) Nunes da Silva.

Mesa Diretora da Câmara Municipal – 1997 – 1998

Presidente – Wilson Abdala Mansur Zaquia

Vice presidente – Dr. Antonio Carlos Dib Jorge

1º secretário – Dr. Chigueo Kamada

2º secretário – Dr. Fued Simão

Numa eleição disputada, Wilson Abdala derrotou a chapa encabeçada por Dr. Edner Accorsi. A eleição foi decidida por um voto – 9 a 8 - . Teoricamente, a chapa da oposição foi a vencedora. Porém, no início do ano o vereador Antonio Scudeiro – o Toninho Verdureiro -, que havia apoiado Wilson Abdala, transferiu-se para o PSDB, partido do prefeito Sérgio Salvagni. Com a mudança de partido por parte do vereador Antonio Scudeiro, o prefeito passou a ter maioria na Câmara.

- 1998 – Eleições a nível federal e estadual

Foi um ano eleitoral, para escolha do presidente da República, vice, governadores de Estado, um senador, deputados federais e estaduais.

Para presidente da República concorreram 12 candidatos, sendo os mais conhecidos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Ciro Gomes, Enéas.

Para governador concorreram 10 candidatos, sendo os mais conhecidos Mário Covas, Paulo Maluf, Marta Suplicy, Orestes Quércia, Francisco Rossi.

Para senador, concorreram 13 candidatos, sendo os mais conhecidos Eduardo Suplicy, Almino Afonso, João Leite Neto.

Foram eleitos: Fernando Henrique Cardoso para presidente da República; Mário Covas para governador e para senador foi reeleito Eduardo Suplicy.

Para deputado estadual, o candidato taquaritinguense, Dr. Dimas Ramalho, foi reeleito.

Para deputado federal não tivemos candidato natural da cidade.

- 1999 – Mesa Diretora da Câmara Municipal – 1999 – 2000

Em sessão realizada a 14 de dezembro de 1998, os vereadores elegeram os membros que iriam compor a Mesa Diretora da Câmara Municipal para os anos 1999 e 2000. Os eleitos foram:

Presidente – Gilberto Junqueira

Vice presidente – João Orrico Filho

1º secretário – Wilson Abdala Mansur Zaquia

2º secretário – Cidinho Pirina

Subsídio dos vereadores

No início da legislatura, os vereadores reajustaram os seus subsídios, de R\$ 791,00 para R\$ 2.000,00 mensais. O advogado Dr. Álvaro Lopes interpôs uma Ação Popular. O Juiz de Direito da Comarca, Dr. Clávio Kenji Adati condenou os vereadores a devolverem a diferença. A Câmara e os vereadores recorreram para a Instância Superior.

- 2.000 – Eleições municipais – prefeito, vice e vereadores

Participaram da disputa 4 candidatos: Milton Nadir, tendo como companheiro de chapa Dr. Fued Simão; Sérgio Salvagni (PSDB), Álvaro Lopes (PAN) e Maria Avi (PT).

O vencedor foi Milton Nadir (PL) que obteve 13.846 votos.

Vereadores eleitos – 13^a Legislatura – 2001, 2002, 2003, 2004

A Câmara era composta por 17 vereadores; os eleitos foram:

Vanderlei Mársico (PFL), o mais votado, com 813 votos.

José Paulo Delgado Júnior, em segundo lugar, com 807 votos; Dr. Amarildo Luiz Rocha (Piconzé) (PSD), com 705 votos; Dr. Francisco Simão Calil (PDT) 653 votos; Armando Peria (PMDB) 615 votos; Chiguelo Kamada (PMDB) 604 votos; Dr. Antonio Carlos Dib Jorge (PDT) 573 votos; Dr. Gefsun Rodrigues Sgarbi (PT) 558 votos; Antonio Roberto (Tcheco) Ferreira (PPS) 535 votos; Dr. Alexandre Marin Nunes da Silva (PMDB) 532 votos; Gilberto Junqueira (PTB) 528 votos; Mário Sérgio Modesto (PTB) 480 votos; Pedro da Costa Carvalho (PSDB) 438 votos; Gilmar Azevedo 432 votos; Cláudio Bedran (PV) 375 votos; Antonio Bragheto Júnior (PTB) 367 votos; Marcus Andregheto (PFL) 358 votos.

Candidatos que não se elegeram em função do quociente eleitoral

Alguns candidatos obtiveram uma votação maior de que outros que se elegeram, mas em função do “*quociente eleitoral*” ou “*voto de legenda*” foram desclassificados:

Márcia Zucchi Libanori – 490 votos; Wilson Abdala Zaquia, 471 votos; Célia Regina Gabriel, 446 votos; Widad Eid Gomes da Silva, 362 votos.

Nenhuma mulher conseguiu se eleger. Desde o pleito de 1982, quando Marilda Peria foi a primeira mulher a se eleger vereadora, em todas as eleições que se seguiram, a presença feminina foi garantida nas urnas. Porém, nas eleições realizadas em outubro de 2.000, nenhuma mulher conseguiu se eleger.

Renovação na Câmara

Dos 17 vereadores da legislatura anterior, apenas 4 conseguiram se reeleger: Gilberto Junqueira, Chiguelo Kamada, Dr. Antonio Carlos Dib Jorge e Dr. Amarildo Luiz Rocha (Piconzé).

- 2001 - Mesa Diretora da Câmara Municipal – 2001 – 2002

Presidente – Chiguelo Kamada

Vice presidente – José Paulo Delgado Júnior

1º secretário – Marcus Andregheto

2º secretário – Dr. Antonio Carlos Dib Jorge

- 2003 – Mesa Diretora da Câmara Municipal – 2003 – 2004

Presidente – Dr. Amarildo Luiz Rocha (Piconzé)

Vice presidente – Dr. Antonio Carlos Dib Jorge

1º secretário – Drª Márcia Zucchi Libanore

2º secretário – Dr. Alexandre Marin Nunes da Silva

- 2003 - Momento político – eleições municipais

Estávamos em pleno ano eleitoral. Os candidatos para a disputa eleitoral já despontavam: o prefeito Milton Nadir; o outro candidato era Sérgio Salvagni e corria por fora José Paulo Delgado Júnior.

- 2004 - Número de vereadores à Câmara Municipal é reduzido de 17 para 10

A Emenda Constitucional nº 46, de 20-8-2004 estabeleceu novas regras para o preenchimento de vagas de vereadores às Câmaras Municipais.

A legislação eleitoral alterou o quadro eleitoral referente às vagas nas Câmaras. Aqui em Taquaritinga, foi reduzido o número de vereadores. A Câmara Municipal passou a ter apenas 10 vereadores. O número de vereadores era 17 e passou a ter apenas 10.

Empréstimo bancário para pagamento dos servidores municipais

Uma liminar concedida pelo Juiz de Direito da Comarca Dr. Marco Aurélio Bortolin suspendeu a tentativa da Prefeitura de realizar empréstimo bancário para pagamento dos servidores municipais. Em virtude dessa medida judicial, a Câmara Municipal acatando a decisão da Justiça, em razão de ação judicial pública proposta pelo Ministério Público local., através do promotor Dr. Sérgio Martin Piovesan de Oliveira, a Câmara Municipal revogou, por unanimidade, a lei por ela mesma aprovada que autorizava a Prefeitura a garantir empréstimo bancário que os servidores fariam em nome dos mesmos para pagamento de seus salários.

Partidos políticos fazem acordo eleitoral pela ética

Através de proposta formulada pelo Juiz Eleitoral Dr. Marco Aurélio Bortolin, os partidos políticos firmaram um acordo eleitoral pela ética, pela igualdade nas eleições e por uma Taquaritinga mais limpa e ordeira.

-2004 – Eleições municipais para prefeito, vice e vereadores

Realizaram-se eleições para prefeito, vice e vereadores para o período de 2005 a 2008.

Para os cargos de prefeito e vice concorreram três candidatos: Milton Nadir, que visava a reeleição, visto que era o prefeito eleito para o período de 2001 a 2004. Completavam o quadro eleitoral Sérgio Salvagni e José Paulo Delgado Júnior. Sérgio Salvagni já havia sido prefeito por duas vezes. José Paulo Delgado Junior pleiteava o cargo pela primeira vez.

Os candidatos a vice eram Dr Fued Simão que também tentava a reeleição, em dobradinha com Milton Nadir; Maurício Scardoeli, vice de Sérgio Salvagni e Dr. José Maria Modesto. Vice de José Paulo Delgado Júnior.

As eleições realizaram-se a 3 de outubro de 2004 e o resultado foi o seguinte:

José Paulo Delgado Júnior . . . 14.803 votos

Milton Nadir 12.746 votos

Sérgio Salvagni 2.432 votos

Surpresa no resultado e insatisfação dos correligionários de Milton Nadir

Os correligionários de Milton Nadir não aceitaram a derrota pacificamente, pois contestaram a atitude do candidato Sérgio Salvagni, sob a alegação de que este, sentindo que não tinha chance, liberou seus eleitores a praticarem o “voto útil” ou “*desistência branca*”, descarregando os votos para José Paulo Delgado Júnior a fim de que não saísse vitoriosa a ala do Milton Nadir.

“Voto útil” ou “desistência branca”

Visto que a votação obtida por Sérgio Salvagni (apenas 2.432 votos), o boato que circulou era que Sérgio Salvagni, concluindo que não tinha chance, liberou ou recomendou ao seu eleitorado que transferisse seus votos para a candidatura de José Paulo Delgado Júnior.

A verdade é que a candidatura de Sérgio Salvagni não emplacou. Já desde a escolha do vice, que foi Maurício Scardoeli, do PT, ocorreu um “*racha*” na base do partido.

Vereadores eleitos – Legislatura 2005, 2006, 2007 e 2008

Para a Legislatura 2005 a 2008, o número de vereadores à Câmara foi reduzido de 17 para 10 vereadores, em obediência a uma decisão do Superior Tribunal Eleitoral, com base na Emenda Constitucional nº 46, de 20-8-2004.

Os vereadores eleitos, pela ordem de votação, foram os seguintes:

Vanderlei Marsico, o mais votado; Gilmar Azevedo, Dr. Amarildo Luiz Rocha (Piconzé), pastor Daniel José de Oliveira, José Roberto Giroto (Beto Giroto), Dr. Alexandre Marin Nunes da Silva, Francisco Vincenzo Curti (Fran Curti), Dr. Gefsun Sgarbi, Dr. Antonio Carlos Dib Jorge, Luiz Fernando Coelho da Rocha.

É oportuno registrar que, em função do “*quociente eleitoral*” vários candidato obtiveram número superior de votos aos obtidos pelos 5 últimos vereadores eleitos, mas não conseguiram se eleger, a saber:

Valentim da Luz obteve 865 votos; Dr^a Marchia Zucchi Libanore, 650 votos; Wilson Abdala Zachia, 617 votos; Chigueo Kamada, 598 votos; Luizinho Bassoli, 583 votos; Luiz Carlos da Vila, 571 votos.

Diplomação dos eleitos

No dia 18 de dezembro de 2004, sob a presidência do Juiz Eleitoral, Dr. Marco Aurélio Bortolin, foram diplomados os eleitos na eleição ocorrida a 3 de outubro (2004).

Final do mandato do prefeito Milton Nadir

A Justiça impôs dois reverses à administração de Milton Nadir. A administração do seu governo chegou ao seu final sem recursos necessários para pagamento dos servidores municipais e de dívidas já contraídas pela Prefeitura. No final de seu mandato (2001 – 2004)

sofreu alguns reveses: foi derrotado nas eleições realizadas a 3-10-2004; a partir daí apresentou alguns projetos de lei polêmicos que foram aprovados pela Câmara Municipal, mas a Justiça os impugnou.

A questão do empréstimo bancário aos servidores municipais que estavam atrasados. Para tentar resolver o problema dos salários atrasados, o Executivo encaminhou projeto de lei onde os funcionários contrairiam um empréstimo bancário para o pagamento de seus próprios salários. A lei foi aprovada sob nº 3.701, na sessão da Câmara realizada a 22 de novembro de 2004. Entretanto, o Ministério Público impetrou uma Ação Civil Pública contra a Prefeitura Municipal que redundou numa medida liminar concedida pelo Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca, suspendendo a operação bancária, invocando a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse empréstimo, a Prefeitura se tornava responsável solidária pelos créditos concedidos pelo banco aos servidores públicos.

Acatando decisão da Justiça, em razão da Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público, a Câmara Municipal revogou, por unanimidade, em sessão realizada a 13 de dezembro de 2004, a lei por ela mesma aprovada que autorizava a Prefeitura a participar do contrato de empréstimo com os funcionários, na qualidade de responsável garantidora.

Em sua sentença, o Juiz de Direito considerou a lei “*inconstitucional, imoral, lesiva ao erário e prejudicial aos próprios servidores públicos*”.

Reclassificação de cargos dos servidores municipais – outra medida polêmica apresentada pelo prefeito Milton Nadir foi a “*Reclassificação de Cargos dos Servidores*”. Através de Ação Civil Pública proposta pela Promotoria Pública da Justiça, Dr. Carlos Macayochi de Oliveira Otuski, o Juiz de Direito Dr. Paulo Eduardo Baleone Costa concedeu medida liminar, ordenando que o Município se abstinhasse de dar continuidade ao “*Ato de Reenquadramento*”.

Pelo Decreto nº 3124, de 3 de janeiro de 2005, o novo prefeito José Paulo Delgado Júnior tornou sem efeito, “*. . . por sua flagrante inconstitucionalidade o Ato de Enquadramento, editado em 23-12-2004, . . .*”

Privatização do ITES

Outro assunto polêmico, no final da administração Milton Nadir (2001 – 2004) foi a privatização da FETAQ que é a fundação mantenedora do ITES – Instituto Taquaritinguense de Ensino Superior – e que teve a participação da Câmara Municipal, aprovando o projeto

Curiosidades ocorridas durante as eleições

O Juiz Eleitoral, Dr. Marco Aurélio Bortolin conseguiu um acordo entre os candidatos, visando uma campanha eleitoral limpa, sob todos os aspectos: as ruas da cidade, os muros, os postes, as árvores ficaram livres da poluição eleitoral, não permitindo a colocação de propaganda nesses lugares.

O Juiz Eleitoral foi severo com a chamada “*boca de urna*” e também com a distribuição de cestas básicas e outros bens aos eleitores.

Outra medida adotada pelo Juiz Eleitoral foi a requisição dos “*cabos eleitorais*”, principalmente, os engajados nas candidaturas de Milton Nadir e Sérgio Salvagni, para prestarem serviços eleitorais nos municípios de Santa Ernestina e Cândido Rodrigues, esvaziando com essa medida a cabala de votos em favor desses candidatos.

Sessão de posse do prefeito e do vice

A posse do prefeito eleito José Paulo Delgado Júnior e do vice Dr. José Maria Modesto ocorreu em sessão realizada na Câmara Municipal a 1º de janeiro de 2005. A sessão foi presidida pelo vereador mais votado, Vanderlei Mársico.

- 2005 – Mesa Diretora da Câmara Municipal – 14ª Legislatura – 2005, 2006, 2007, 2008

Em sessão realizada a 5 de janeiro de 2005 que marcou a instalação da 14ª Legislatura, os vereadores eleitos a 3-10-2004 escolheram os membros que iriam compor a Mesa Diretora para o biênio 2005 – 2006, que ficou assim constituída:

Presidente – Vanderlei Marsico

Vice presidente – Gilmar Azevedo

1º secretária Dr. Alexandre Marin Nunes da Silva

2º secretário – Dr. Antonio Carlos Dib Jorge

Vanderlei Mársico foi o mais votado na eleição realizada a 3-10-2004. Já havia sido o vereador mais votado na legislatura anterior (eleição de 3-10-2000).

Gilmar Azevedo foi o segundo mais votado nas eleições de 3-10-2004.

Os 10 vereadores empossados foram os seguintes:

Dr. Alexandre Marin Nunes da Silva (PMDB), Dr. Amarildo Luiz Rocha (Piconzé) (PPS), Dr. Antonio Carlos Dib Jorge (PDT), Francisco Vincenzo Curti – Fran Curti (PSDC), Dr. Gefsun Rodrigues Sgarbi (PT), Luiz Fernando Coelho da Rocha (PAN), José Roberto Giroto – Beto Giroto (PL), Daniel José de Oliveira – pastor (PSDB), Vanderlei Mársico.

Seis vereadores faziam parte do grupo de oposição e 4 eram favoráveis ao novo prefeito (Fran Curti, Luiz Fernando Coelho da Rocha, pastor Daniel de Oliveira e Gefsun Sgarbi).

O prefeito José Paulo Delgado Júnior governou todo o seu mandato com minoria na Câmara Municipal.

Fim do nepotismo aprovado na Câmara Municipal

O projeto de lei apresentado pelo vereador Dr. Antonio Carlos Dib Jorge (PDT) foi aprovado pela Câmara. O argumento principal utilizado pelo vereador Dr. Dib que “*para moralizar o país é preciso começar pelos municípios*”. Foi com esse argumento que o vereador conseguiu aprovar o projeto de lei que acabou com a contratação de parentes no Executivo e no Legislativo de nosso município.

- 2006 – Eleições realizadas a 1º de outubro de 2006

Realizaram-se eleições para os seguintes níveis:

Presidente da República, vice, governadores de Estado, um senador, deputados estaduais e federais.

Os candidatos para a presidência da República foram Luiz Inácio Lula da Silva que disputava a reeleição e Geraldo Alckmin, que estava encerrando seu mandato de governador do Estado.

Embora Lula fosse o favorito, mas não conseguiu a maioria necessária (50% + 1) no primeiro turno. O segundo turno realizou-se a 29 de outubro e Lula foi o vencedor.

O governador do Estado eleito foi José Serra.

O senador Eduardo Suplicy se reelegeu. O seu adversário mais próximo foi Guilherme Afif Domingos.

Na Câmara Federal, o candidato por Taquaritinga Dr. Dimas Ramalho conseguiu se reeleger.

Na Assembléia Legislativa não tivemos candidato propriamente da cidade. Vários receberam votos.

- 2007 – Mesa Diretora da Câmara Municipal – 2007 – 2008

Em sessão realizada a 13 de dezembro (2006), foi eleita a Mesa Diretora para o biênio 2007 – 2008:

Presidente – Gilmar Azevedo (PL)

Vice presidente – Dr. Alexandre Marin Nunes da Silva (PMDB)

1º secretário – Dr. Antonio Carlos Dib Jorge (sem partido)

2º secretário – Dr. Amarildo Luiz Rocha (Piconzé) (sem partido)

A composição da Mesa Diretora estava composta de vereadores que faziam parte do grupo de oposição ao prefeito municipal Paulo Delgado.

- 2008 – Eleições de 2008 – prefeito, vice e vereadores

Em 2004 concorreram Milton Nadir, Sérgio Salvagni e José Paulo Delgado Júnior. A disputa estava polarizada entre Milton Nadir e Sérgio Salvagni. Paulo Delgado corria por fora, mas saiu vencedor.

Paulo Delgado chegou ao fim de sua gestão (2007) com um ótimo índice de aceitação de seu governo que se refletiu na eleição de 2008, dando-lhe ampla maioria não só na eleição majoritária (foi reeleito prefeito) bem como na eleição proporcional (Câmara Municipal), visto que das 10 cadeiras, nove foram preenchidas pelas coligações que apoiavam Paulo Delgado.

Os eleitos

Para prefeito – as eleições realizadas a 5 de outubro de 2008 apresentaram os seguintes resultados:

José Paulo Delgado Júnior e Dr. José Maria Modesto foram reeleitos prefeito e vice, somando 21.622 votos, que corresponderam a 71,52% dos votos válidos.

Vereadores eleitos – 15ª Legislatura – 2009, 2010, 2011, 2012

A vitória esmagadora da coligação partidária que apoiava José Paulo Delgado Júnior e Dr. José Maria Modesto se refletiu na composição da Câmara Municipal.

Dos 10 vereadores que compunham a Edilidade, as legendas que apoiavam Paulo Delgado elegeram 9 vereadores. A oposição elegeu apenas um: Vanderlei Mársico.

Os eleitos foram: Dr. Luiz Roberto Aparecido Micheloni, o mais votado. Mauro Sérgio Modesto foi eleito em 2º lugar. Os demais vereadores foram: Dr. Amarildo Luiz Rocha, 3º colocado; Marcelo José Simoneti Volpi, Drª Márcia Aparecida Zucchi Libanore, pastor Daniel José de Oliveira, Gilmar Azevedo, Rodnei Alves Batista, Francisco Vincenzo Curti e Vanderlei Mársico.

É oportuno registrar que, em função do “*quociente eleitoral*” obtiveram número superior de votos aos obtidos pelos últimos 3 nomes mas não conseguiram se eleger, a saber:

Dr. Armando Peria obteve 738 votos; Joel da Joctel, 622 votos e Dr. Gefsun Sgarbi, 611 votos.

Dos 10 vereadores da Legislatura anterior, dois não disputaram a vereança (Dr. Dib disputou a Prefeitura e Luiz Fernando Coelho Rocha não disputou).

A nova Câmara Municipal para a 15ª Legislatura – 2009 a 2012 – estava representada por 5 vereadores reeleitos e 5 novos, tendo ocorrido uma renovação de 50%.

Alguns destaques merecem registro :

Uma mulher foi eleita para a Câmara Municipal: Drª Márcia Zucchi Libanore, depois de muitos anos sem uma representante feminina no Legislativo Municipal.

A primeira vereadora a se eleger foi a professora Marilda Arlete Bertaco Peria, que ocorreu na 9ª Legislatura (1983 a 1988). Na 10ª Legislatura – 1989 a 1992 – foi eleita a professora Widad Eid Gomes da Silva. Na 11ª Legislatura – 1993 a 1996 – elegeram-se 3 mulheres: professora Célia Regina Pereira de Souza Gabriel, professora Neide Ramos Salvagni e professora Widad Eid Gomes da Silva. Na 11ª Legislatura – 1997 a 2000 – apenas a professora Widad Eid Gomes da Silva se elegeu para a Câmara. Na 13ª Legislatura – 2001 a 2004 – Drª Márcia Zucchi Libanore classificou-se como primeira suplente e chegou a ocupar a cadeira de titular. Na 14ª Legislatura - 2005 a 2008 – dentre os 10 vereadores que compuseram a Câmara, não tivemos nenhuma mulher eleita. Na 15ª Legislatura – 2009 a 2012 – apenas a Drª Márcia Zucchi Libanore fez parte dos vereadores eleitos.

- 2009 – Posse do prefeito, vice e vereadores – 15ª Legislatura – 2009 a 2012

Em sessão realizada na Câmara Municipal, a 1º de janeiro de 2009, foram empossados José Paulo Delgado Júnior e Dr. José Maria Modesto, prefeito e vice, respectivamente. Ambos foram reeleitos nas eleições realizadas a 5 de outubro de 2008.

Posse dos vereadores eleitos

Na sessão da Câmara realizada a 1º de janeiro de 2009 foram empossados os vereadores para a 15ª Legislatura – 2009 – 2012 – a saber:

Dr. Luiz Roberto Aparecido Micheloni, Mauro Modesto, Dr. Amarildo Luiz Rocha, Marcelo Volpi, Drª Márcia Zucchi Libanore, pastor Daniel de Oliveira, Gilmar Azevedo, Rodnei Alves, Francisco Vincenzao Curti e Vanderlei Mársico.

- 2009 – Mesa Diretora da Câmara Municipal – 2009

Presidente – Dr. Luiz Roberto Aparecido Micheloni (o mais votado)

Vice presidente – Francisco Vincenzo Curti

1º secretário – Rodnei Alves

2º secretário – Marcelo Volpi

Mesa Diretora da Câmara Municipal – mandato de um ano

Em sessão realizada a 5 de abril de 2009, foi aprovada lei que alterou a Lei Orgânica do Município, complementada pela Resolução nº 31, instituindo o mandato de um ano para a presidência e demais cargos que compõem a Mesa Diretora da Câmara Municipal.

- 2010 – Mesa Diretora da Câmara Municipal – 2010

Em sessão realizada a 15 de dezembro de 2009, foi eleita a Mesa Diretora para o ano de 2010:

Presidente – Dr. Amarildo Luiz Rocha (Piconzé) (PPS)

Vice presidente – Gilmar Azevedo (PPS)

1º secretário – Drª Márcia Zucchi Libanore (DEM)

2º secretário – pastor Daniel de Oliveira (PSDB)

A partir da legislatura de 2009, os vereadores deliberaram que a Mesa Diretora permaneceria apenas por um ano, permitindo maior rotatividade entre os vereadores. Antes dessa medida, o tempo de permanência era de dois anos.

Nova sede administrativa da Prefeitura Municipal

Em 2008 foi inaugurado o anexo à Câmara Municipal, com acesso pela Rua Rui Barbosa. Entretanto, um fato novo veio alterar o projeto inicial. O imóvel da Vila Rosa onde estava instalada a Prefeitura Municipal foi cedido para a instalação pelo Governo do Estado de uma unidade do AME – Ambulatório Médico de Especialidades -.

A transferência ocorreu a 19 de março de 2010.

O anexo do Legislativo recebeu o nome de “*Oswaldo Anselmo*”, ex membro da Câmara Municipal e pai do engenheiro Vitório Anselmo, autor do projeto arquitetônico do prédio.

- 2010 – Eleições para presidente da República, governador do Estado, senadores e deputados federais e estaduais

A 3 de outubro de 2010 realizaram-se eleições para a escolha dos cargos acima.

Para presidente da República, os 3 candidatos que se destacavam nas pesquisas eram Dilma Roussef (PT), José Serra (PSDB) e Marina Silva (PV).

Para governador do Estado a disputa concentrou-se entre Geraldo Alckimin (PSDB) e Aloísio Mercadante (PT).

As eleições realizaram-se a 3 de outubro de 2010.

Para presidente da República, a definição ficou para o 2º turno, entre Dilma Roussef e José Serra. Venceu Dilma Roussef.

Para governador do Estado, Geraldo Alckimin venceu no primeiro turno.

Para senadores (2) foram eleitos Aluísio Nunes (PSDB) e Marta Suplicy (PT). Para deputado federal, o taquaritinguense Dr. Dimas Ramalho se reelegeu.

Para deputado estadual, Dr. Fúlvio Zuppani concorreu obtendo uma ótima votação, mas não foi suficiente para se eleger.

Câmara Municipal passou a ter 15 vereadores para as eleições de outº 2012

Na 14ª Legislatura (2005 a 2008) e 15ª (2009 a 2012) a composição da Câmara Municipal era de 10 vereadores.

A Emenda Constitucional Federal nº 58, de setembro de 2009, alterou a faixa de legisladores por habitantes dos municípios.

A Câmara Municipal, em sessão realizada a 29 de novembro de 2010, aprovou o aumento de cadeiras de 10 para 15 vereadores, que passará a vigorar a partir da 16ª Legislatura – 2013 a 2016.

Mesa Diretora da Câmara Municipal – 2011

Em sessão realizada a 8 de dezembro de 2010, foi eleita a Mesa Diretora, para o ano de 2011:

Presidente – Drª Márcia Zucchi Libanore (DEM)

Vice presidente – Mauro Sérgio Modesto

1º secretário – Gilmar Azevedo (PPS)

2º secretário – Rodnei Batista (PSDC)

- 2011 - Plebiscito sobre a privatização do SAAET

Uma das preocupações da população estava relacionada com o serviço de fornecimento de água e captação do esgoto domiciliar do município.

Visando proteger a população, a Câmara Municipal acrescentou no texto da Lei Orgânica do Município um dispositivo que estabelece que o serviço público de água e esgoto é atribuição precípua do município, através da autarquia denominada SAAET – Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

O parágrafo 3º do art. 207-A prevê a realização de plebiscito nos casos de concessão, permissão e também de privatização do SAAET. Portanto, qualquer proposta de venda ou concessão dos serviços prestados pelo SAAET terá que ser submetida a um plebiscito, quando a população terá a oportunidade de se manifestar sobre a privatização da autarquia. A alteração da Lei Orgânica do Município foi aprovada na sessão da Câmara Municipal, realizada a 3 de outubro de 2011.

Mesa Diretora da Câmara Municipal – 2012

Um acordo celebrado em 2008 entre os partidos que apoiavam o prefeito municipal José Paulo Delgado Júnior estabelecia que durante a Legislatura 2009 a 2012 haveria um revezamento na presidência e demais cargos que compõem a Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Em 2009 a presidência foi exercida pelo vereador Dr. Luiz Roberto Aparecido Micheloni (DEM).

Em 2010 a presidência foi exercida pelo vereador Dr. Amarildo Luiz Rocha (PPS) e, em 2011, pela vereadora Dr^a Márcia Zucchi Libanore (PMDB). Em 2012, a presidência coube ao vereador Francisco Vincenzo Curti – Fran Curti.

- 2012 - Composição da Mesa Diretora da Câmara 2012

Presidente – Francisco Vincenzo Curti

Vice presidente – Marcelo Simonetti Volpi (PSDB)

1º secretário – Pastor Daniel José de Oliveira

2º secretário – Dr. Luiz Roberto Aparecido Micheloni (DEM)

- 2012 - Composição da Mesa Diretora da Câmara a partir de agosto de 2012

Presidente – Marcelo José Simonetti Volpi

Vice presidente – Rodnei Alves Batista

1º secretário – Pastor Daniel José de Oliveira

2º secretário – Dr. Luiz Roberto Aparecido Micheloni

Texto – Milve Peria – janeiro / 2012



CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA

— ESTADO DE SÃO PAULO —

Praca Dr. Herócio Ramalho, 156 - Caixa Postal 201 - Centro